

Exército

Vol. 153 – 1º quadrimestre de 2017

REVISTA DO Brasileiro



O Exército Brasileiro na produção de soros antivenenos p.36

Elaine Cristina de Freitas Oliveira

A nova formação do sargento de carreira combatente p.45

Marcelo Ferreira, João Paulo Corrêa, Matheus Barbosa, Kátia Aparecida Prado

O novo Regulamento Disciplinar do Exército p.71

Eduardo Vieira de Lima



**Diretoria do Patrimônio Histórico
e Cultural do Exército**
Gen Bda Severino de Ramos Bento da Paixão

Editor
Cel Com Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial
Gen Bda Achilles Furlan Neto (presidente)
Cel Com Alexandre Cardoso Nonato
Maj Art Eduardo Vieira de Lima (relator)

Composição
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (EsAO)
Av. Duque de Caxias, 2.071
Vila Militar – Rio de Janeiro-RJ – CEP 21.615-220
Tel.: (21) 2450-8500

Revisão
Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação
Julia Duarte

Impressão
Globalprint

Direção, edição e distribuição
BIBLIX
Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marcílio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.bibliex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras.
Os originais deverão ser **enviados para a EsAO**
esao.reb@gmail.com

e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:
documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Sup.) e 2,5cm (Dir. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

**As figuras deverão ser fornecidas em separado,
com resolução mínima de 300dpi.**

As referências, **sob exclusiva responsabilidade dos autores**, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715

REVISTA DO Exército Brasileiro

Vol. 153 – 1º quadrimestre de 2017 – Revista oficial do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1-v.8,1882-1889; v.1-v.10,1899-1908; v.1-v. 22, 1911-1923; v. 23-v. 130. 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8 cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982-, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.



Nossa Capa

Manobra Escolar da ESA de 2016.

Foto: Sd Mateus Soares dos Santos

Fonte: Seção de Cinefotografia da ESA

Tratamento de imagem e diagramação: Julia Duarte

Editorial

Estimado Leitor,

A Revista do Exército Brasileiro, nesta edição, apresenta como matéria de capa *A nova formação do sargento de carreira combatente*, que ocorre na Escola de Sargento das Armas (ESA), localizada na Cidade de Três Corações-MG.

A ESA é a responsável pela formação dos sargentos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, que serão o elo entre o comando e a tropa, assim como exercerão a nobre função de comandante e líder das pequenas frações.

No corpo da revista, são apresentados artigos com os mais diversos temas, como produção de soros antivenenos, cursos no exterior e as funções de combate *manobra e comando e controle*.

Com o intuito de valorizar a rica história militar brasileira, brinda-se o leitor com o episódio conhecido como *A Conquista de Caiena*, ocorrido em 1809, com a tropa formada, em sua grande maioria, por naturais do Brasil, particularmente do atual Estado do Pará. A *Batalha de Tuiuti* é retratada, com ênfase no épico papel desempenhado pelo ilustre brigadeiro Sampaio, que, com sua liderança, coragem e determinação, ficou imortalizado e ajudou decisivamente na vitória aliada.

O estudo do direito militar faz parte desta publicação, com artigo versando sobre o *Regulamento Disciplinar do Exército*. O Direito Internacional Humanitário também é contemplado com texto referente aos *Deslocados civis* em um ambiente de guerra.

Não poderíamos deixar de agradecer a dedicação e o entusiasmo dos articulistas pelo preparo e esmero na produção dos textos.

Assim sendo, continuamos a contar com o seu apoio e atenção nesse trabalho de atingir as finalidades propostas a esta tradicional publicação militar.

Informamos aos caros leitores que a REB pode ser lida também na versão *on-line*, disponível no sítio da Biblioteca do Exército (www.bibliex.ensino.eb.br).

Desejamos a todos uma agradável leitura!

- 4 A conquista de Caiena: heróico episódio militar brasileiro, esquecido**
Nylson Reis Boiteux
- 9 Batalha de Tuiuti — Morte do herói de Tamboril: brigadeiro Sampaio**
Cláudio Skora Rosty
- 21 Exercício Haffschild: Bergen, Alemanha**
Rodrigo Costa Fedozzi
- 26 Variação sociolinguística na fronteira entre Brasil e Paraguai: importância para a guerra eletrônica**
Daniel Seixas da Silva
- 36 Contribuição do Exército Brasileiro na produção de soros antivenenos**
Elaine Cristina de Freitas Oliveira
- 45 A nova formação do sargento de carreira combatente**
Marcelo de Freitas Ferreira
João Paulo de Carvalho Corrêa
Matheus Barbosa
Kátia Aparecida de Lima Prado
- 53 Escola das Armas do Exército Argentino (EDA): experiências como instrutor em estabelecimento de ensino em nação amiga**
Rafael Leite Varela
- 59 O emprego da cavalaria mecanizada na brigada de infantaria mecanizada na marcha para o combate**
Endrigo Buscarons da Silva
- 67 Curso de Especialização de Engenharia e Instrutoria na Escola de Engenharia da Força Armada Nacional Bolivariana**
Ricardo Motinha Lanzellotte
- 71 O novo Regulamento Disciplinar do Exército: suas adequações à Constituição Federal de 1988, o processo de apuração disciplinar, o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar e principais falhas das autoridades julgadoras**
Eduardo Vieira de Lima
- 83 Deslocados Civis: como o 8º B Log solucionou um problema militar**
Fabiano Corrêa Lourenço de Lima

A conquista de Caiena

Heroico episódio militar brasileiro, esquecido

Nylson Reis Boiteux*

Introdução

As fronteiras do Brasil já ultrapassaram o Oiapoque, estendendo-se até Caiena, a capital da Guiana Francesa. Após essa conquista, Caiena ficou subordinada ao Rio de Janeiro, através da Capitania do Pará. Aconteceu no tempo de D. João VI, que ordenou ao governador do Pará, tenente-general José Narciso de Magalhães e Menezes, que organizasse uma expedição a fim de tomar a Guiana e Caiena, sendo uma represália

aos franceses pela sua expulsão de Portugal.

A tomada de Caiena, episódio pouco conhecido da história pátria, deu-se em janeiro de 1809, ou seja, há 208 anos. Era um povoado pouco habitado, utilizado como presídio militar, mas que, pela sua posição estratégica, permitiria à França ampliar seus domínios na América do Sul. Defendê-la seria difícil, pois o apoio militar só poderia vir do outro lado do Atlântico, da França, ou de colônias francesas próximas.

Composição e missão das forças de ataque

A expedição luso-anglo-brasileira para a invasão foi organizada em três forças. A missão da 1^a Força era de apenas reivindicar os antigos limites portugueses na margem austral do rio Oiapoque, deixando um “destacamento de ocupação”, com o efetivo de 470 homens e uma bateria de artilharia. Levava, ainda, um cirurgião e um capelão. Comandava a tropa o tenente-coronel Manuel Marques d’Elvas Portugal, que saiu do Pará em 27 de outubro de 1808.

A 2^a Força partiu em 21 de novembro de 1808, com 346 homens sob o comando do major Manoel José Xavier Palmerim, que viajaram a bordo da esquadilha formada pela corveta inglesa Confiança (Confidence) e dois



Figura 1 – D. João VI

Fonte: Google®

Comentário do autor: O príncipe regente ordenou ao governador do Pará a invasão da Guiana e de sua capital, Caiena.

* Cel Ref Art (AMAN/50, EsAO/60, ECUME/67).

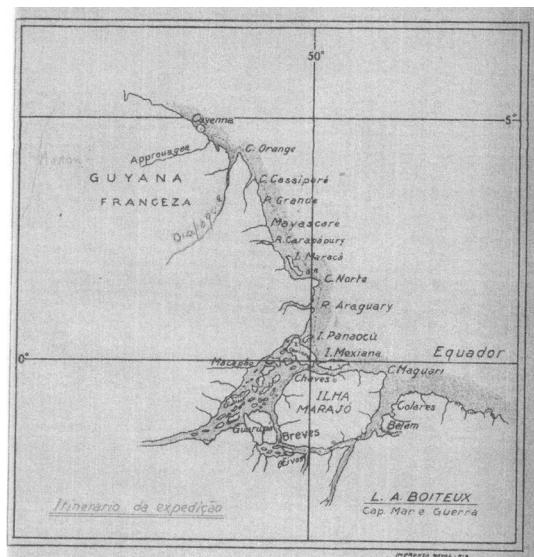


Figura 2 – Itinerário da expedição para a conquista de Caiena

Fonte: BOITEUX, 1939

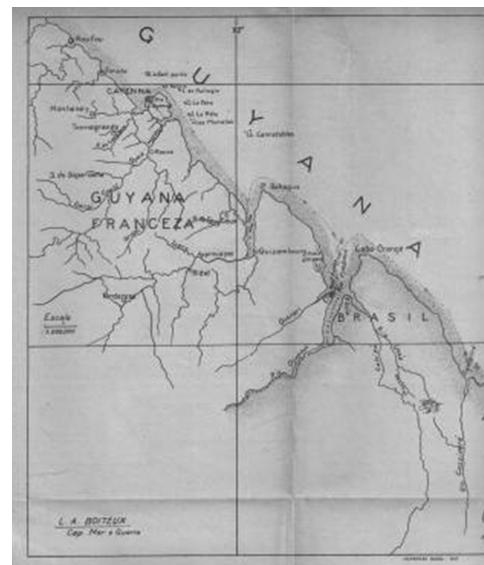


Figura 3 – Teatro de operações da expedição

Fonte: BOITEUX, 1939

brigues de guerra portugueses. O comando das operações militares foi, então, dividido, cabendo a chefia das forças terrestres ao tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal, e o das forças navais ao capitão de mar e guerra da Marinha Britânica James Lucas Yeo, da Confiança, (Confidence). A 3^a Força saiu de Belém aos 25 de janeiro de 1809, levando a bordo 250 homens — seria a reserva (ou reforço) da força de ataque mista.

O ataque

A operação deu-se aos seis de janeiro de 1809, quando a pequena esquadra ancorou na foz do rio Aproague, ao sul de Caiena. Uma tropa de 300 homens desembarcou e iniciou a penetração na selva, comandada pelo capitão inglês Yeo — sir James Lucas Yeo, comandante da força naval. Utilizando

o rio, em botes, outra parte da força invasora transportava uma peça de artilharia. O ataque surpreendeu os franceses.



Figura 4 – Sir James Lucas Yeo

Fonte: BOITEUX, 1939



Figura 5 – Margens do rio Oiapoque

Fonte: Google®

A expedição mista venceu. Morreram o capitão comandante dos franceses, o comandante dos fuzileiros da fragata inglesa e soldados de ambos os lados, fazendo-se 16 prisioneiros. O restante dos franceses evadiu-se para dentro da selva.

Nos dois dias subsequentes, organizaram-se posições visando conquistar a “Fazenda de Colégio”, sede do governador e general francês Victor Hugues. Era uma poderosa e artilhada fortaleza. Foi oferecida a rendição ao governador, mas este recusou, tendo então o capitão Yeo atacado a fortaleza com o seu pessoal, apoiado por uma peça de artilharia. Venceu! Senhor da “Casa-Grande”, o capitão Yeo mandou incendiá-la. Nas tropas atacantes eram poucos os estrangeiros, sómente alguns oficiais e praças nascidos em Portugal. Todos os demais tinham nacionalidade brasileira — em grande parte, oriundos da Província do Pará. Os nativos, pela sua combatividade, mereceram do comandante Português Manuel Marques brilhante elogio. No dia nove de janeiro de 1809, ocupou-se “Beau-Regard”, posição estratégica que era

a região de onde os invasores interceptariam toda a ligação de Caiena com o litoral. Não existiam forças navais francesas para defender a Colônia, pois, naqueles mares, a força naval inglesa era ativa, e os franceses não teriam condições de enfrentá-la.

A capitulação e suas bases

No dia 10, renovou-se a proposta de capitulação. Dia 11, o governador Victor Hugues aceitou e reuniu-se com o comandante Manuel Marques, para acertar as bases de sua rendição. Antes, porém, foi solicitado o desarmamento e a devolução dos escravos que haviam passado para o lado dos atacantes, no que tiveram atendimento. As bases da capitulação foram, em resumo:



Figura 6 – Napoleão I

Fonte: Google®

Comentário do autor: A declaração de Guerra de Portugal à França de Napoleão levou o Brasil à sua primeira ação militar externa em janeiro de 1809.

- os franceses sairiam da Guiana com o seu material e com as honras de guerra em navios equipados pelos vencedores;
- os mesmos navios levariam os súditos franceses que preferissem regressar à pátria;
- os vencedores passariam recibo de tudo o que permanecesse em Caiena: arsenais, baterias etc.;
- a Colônia continuaria a reger-se pelo recém-aprovado “Código de Napoleão”;
- as autoridades portuguesas se obrigariam a conservar as culturas de árvores e plantas finas de especiarias.

Aceita a capitulação, as tropas do tenente-coronel Manoel Marques d'Elvas Portugal entraram em Caiena no começo de fevereiro, iniciando uma ocupação que iria se estender até novembro de 1817.

Final da guerra

O governador da Guiana, com seu estado-maior e acompanhantes, foi levado à França no navio de guerra Infante D. Pedro, sendo comandado pelo capitão brasileiro Luiz da Cunha Moreira. O desembarque deu-se no porto de Morlaix, a 20 de abril de 1809. Assim, melancolicamente, findou-se a epopeia da tomada de Caiena.

Conclusão geral

Recompensas e troféus

D. João VI, pelo êxito, concedeu aos oficiais, promoção; às viúvas dos falecidos, um pecúlio; aos soldados, um distintivo de braço com a palavra CAYENNA. Medalha de prata dourada galardoou os bravos. As bandeiras tomadas, umas foram para a Igreja das Mercês, em Belém, e outras foram colocadas na Catedral Metropolitana, no altar de Nossa Senhora da Victória, no Rio de Janeiro.

Considerações geopolíticas

O evento foi um ato de larga visão política de D. João VI, evitando que os ingleses se apossassem da Guiana, pois, dificilmente, não a restituíram à França.

Considerações Militares

O historiador naval inglês L. Clowes assim apreciou a expedição:

A Conquista de Caiena é um dos mais admiráveis exemplos de realização de uma grande empresa, levada a efeito com elementos inteiramente inadequados.



Figura 7 – Medalha de Caiena

Fonte: Google®

Comportamento dos atacantes

O aparato bélico existente na Capitania do Pará era precário. Os soldados combatentes não tinham experiência de campanha, porém, se comportaram com bravura e moral, compensando a precariedade do material usado nas ações.

Considerações econômicas

Durante a ocupação portuguesa, foram introduzidos no Brasil o abacateiro, a fruta-pão, a canforeira, a nogueira, o “grape-fruit”, o cravo-da-índia e a famosa “cana-

-caiena” muito superior à nossa.

Administração portuguesa da Guiana

D. João VI escolheu para governar a Guiana João Severiano Maciel da Costa (depois marquês de Queluz), que, no conceito dos franceses, fez excelente administração. A Guiana retornou ao domínio francês a 21 de novembro de 1817, como consequência dos acordos do Congresso de Viena e da missão diplomática do duque de Luxemburgo ao Rio de Janeiro, no ano anterior. **[REB]**

Referências

1. BOITEUX, Lucas Alexandre. **Nossas Campanhas Navaes (A Conquista de Cayenna)**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.
 2. Frota, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de História do Brasil**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
 3. **O Exército na História do Brasil (Reino Unido e Império)**. Volume 2, 1^a ed., Biblioteca do Exército Editora - Rio de Janeiro; Odebrecht – Salvador/BA – 1998.
 4. **Suplemento histórico do jornal “O Globo” (RJ)**, Edição de Domingo, 03 de fevereiro de 1974, referente à tomada de Caiena.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Batalha de Tuiuti — Morte do herói de Tamboril

Brigadeiro Sampaio

Cláudio Skora Rosty*

“Tuiuti é Osorio” foi um dos temas das comemorações do bicentenário de nascimento do marechal Osorio — “Marquês do Herval”. E agora, nas comemorações do sesquicentenário da batalha de Tuiuti, podemos acrescentar que Tuiuti é também Sampaio. Tuiuti foi a batalha dos patronos das armas do Exército Brasileiro¹, a maior batalha campal no teatro de operações sul-americano, envolvendo as forças armadas de quatro países: Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Foi nesse palco que Sampaio, com seu exemplo, coragem e determinação, se imortalizou, defendendo a Pátria com o sacrifício da própria vida, tornando-se verdadeiro exemplo para todos os militares da Força Terrestre.

Neste artigo, discorreremos sobre a vida, os feitos e a morte do brigadeiro Antônio de Sampaio e enfatizaremos os seus passos na terra guarani. Mostraremos

como se encontram hoje os campos de batalha onde o brigadeiro se eternizou, fruto de várias viagens deste autor ao sul do Paraguai (Departamento de Ñeembucú), realizadas nos anos de 2005, 2009², 2011 e 2016³, juntamente com a Comissão⁴ Militar Brasileira no Paraguai⁵, com a finalidade de identificar o itinerário feito pelo brigadeiro Sampaio desde o seu desembarque na terra guarani até a batalha de Tuiuti.

Os Aliados, após terem desembarcado nas terras paraguaias e ocupado a vila de Passo da Pátria, montaram o hospital de sangue e reajustaram seu dispositivo para prosseguir no ataque. Coube a Sampaio a ocupação e a consolidação das posições conquistadas.



Figura 1 – Hospital de sangue brasileiro em Passo da Pátria – Cândido Lopez
Fonte: livro *A Campanha do Paraguai – De Corrientes a Curupaiti*

* Cel Inf (AMAN/75, EsAO/85, ECUME/08), pós-graduado em História Militar (UNIRIO/07) e pesquisador do CEPHiMEx.

Combate de Estero Bellaco

A região de Estero Bellaco, dois quilômetros ao norte de Passo da Pátria, foi ocupada por toda a tropa oriental, comandada por Flores (três batalhões de infantaria uruguaios e quatro canhões; em 2º escalão, mais três batalhões de infantaria uruguaios), reforçada pela 12ª Brigada de Infantaria do coronel Pecqueiro. O brigadeiro Sampaio, com sua divisão, consolidou a ocupação do Passo da Pátria.



Figura 2 – 150 anos no Estero Bellaco (comitivas brasileira e paraguaia)

Fonte: acervo do autor

Por iniciativa de López e sob o comando do coronel Díaz, travou-se o inesperado combate de Estero Bellaco, ao meio-dia de 2 de maio, com cerca de cinco mil paraguaios (quatro batalhões de Infantaria, dois regimentos de cavalaria, oito canhões e, em reserva, três batalhões de infantaria e um regimento de cavalaria), contra 3.500 aliados⁶. Atacaram em três colunas, comandadas por Fidel Valiente, Giminez e Benitz. Os paraguaios se lançaram impetuosamente contra a nossa vanguarda, passando pelo Passo Pires, Sidra e Carreta, envolvendo as tropas de Flores e se apoderando de quatro peças de



Figura 3 – Brigadeiro Sampaio

Fonte: www.eb.mil.br/patrons

artilharia, que somente foram recuperadas em Lomas Valentinas. O combate durou até as dezesseis horas. As perdas foram 2.300 paraguaios e 1.551 aliados. O Exército Aliado não manteve contato com o inimigo; teve de permanecer dezoito dias nessas posições para atender seus doentes e feridos e recuperar os poucos equinos que desinhavam por falta de forragens⁷.

Batalha de Tuiuti

A Glória, recompensa mais preciosa dos bravos.

BARÃO DO HERVAL OD 156:447

Em 20 de maio, os Aliados, desgastados, chegaram a Tuiuti. Perderam a mobilidade tática, desde o dia do desembarque no Passo da Pátria, com a morte de quase todos os cavalos⁸ por inanição, cólicas provocadas

pela vegetação chamada “mio-mio” e por falta de forragem de alfafa e de milho.

A região de Tuiuti era matosa, quase plana, encharcada, com areal fora dos banhados. Era limitada, ao Norte, pelo Estero Rojas, ao Sul, pelo Estero Bellaco, a Oeste, pelo Potrero Pires e a Leste, por uma região pantanosa, com palmeiras Yataí. O acampamento Aliado concentrava-se sobre um terreno arenoso entre o Estero Bellaco e o Rojas, ao sul da lagoa Tuiuti (lagoa de barro branco), espaço com aproximadamente, quatro quilômetros de frente, por seis de fundo. O terreno não era apropriado para a defesa⁹.

Os Aliados ocuparam Tuiuti, aproveitando o terreno em sistema escalonado em profundidade e em linhas sucessivas: na vanguarda, ao centro, estava o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo de Mallet (artilharia-revólver – boi de botas), com vinte e oito canhões La Hitte raiados e com um profundo

fosso construído sigilosamente; pelo Batalhão de Engenheiros; o pequeno Exército Oriental, com três batalhões de infantaria, com seis bocas de fogo, e o Regimento de Cavalaria de Montevidéu; à direita, os argentinos, com uma brigada de artilharia (Aseña e Nelson), dois corpos de infantaria (Paunero e Emílio Mitre), compostos de oito divisões, e sua cavalaria mais ao Sul; à esquerda, duas divisões de infantaria brasileira: a 3ª DI – Encouraçada de Sampaio¹⁰ (5ª Bda: 3º BI, 4º BI, 6º BI, 4º CVP; 7ª Bda: 1º BI, 6º CVP, 9º CVP e 11º CVP), e a 6ª DI. Em segundo escalão, dois batalhões brasileiros de artilharia a pé (1º e 3º) e duas divisões de infantaria brasileiras (1ª e 4ª). Em terceiro escalão, duas divisões brasileiras de cavalaria (2ª e 5ª DC) e dois Batalhões de Voluntários da Pátria, com os engenheiros, formavam a 19ª Brigada Auxiliar (7º e 42º CVP). Finalmente, na extrema retaguarda, a Brigada Ligeira (general Antônio de Sousa Neto), no sul do Estero Bellaco¹¹.

Pela primeira vez, os dois exércitos como um todo estavam frente a frente. Ali se encontravam cerca de vinte e cinco mil paraguaios, (8.700 homens, dos quais 1.200 cavalarianos de Barrios a Oeste; 5.030 homens, dos quais 1.200 cavalarianos e três peças de artilharia e estativas de Díaz; e 4.200 homens, dos quais 1.200 cavalarianos de Marcó,



Figura 4 – Teatro de Operações da batalha de Tuiuti

Fonte: elaboração do autor

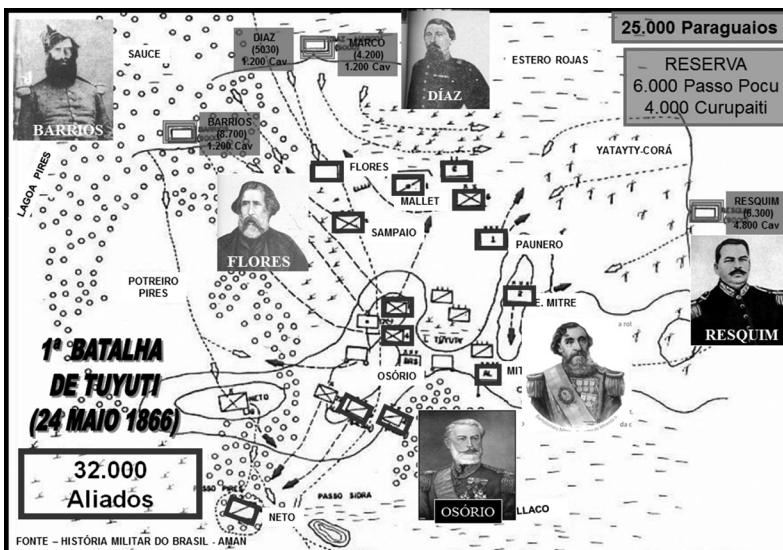


Figura 5 – Articulação das tropas para a batalha de Tuiuti

Fonte: elaboração do autor

ambos no centro; e 6.300 homens, dos quais 4.800 cavalarianos e uma peça de artilharia com Resquim a Leste e, em reserva, 6.000 homens em Passo Pocu e 4.000 homens em Curupaiti, tropas de Cabalero e Brúquez)¹², contra trinta e dois mil aliados.

Em 22 e 23 de maio, foram realizados reconhecimentos em toda a frente paraguaia, e ficou constatado que o inimigo ocupava posições organizadas e armadas, com baluartes no meio das matas, barrando as passagens (passos). Diante dessas informações, colhidas nos quatro dias de ocupação de Tuiuti, decidiu-se realizar um ataque, o mais breve possível, provavelmente, em 25 de maio, por

da Aliada. Porém, não esperava a bravura, a coragem, a determinação e o desprendimento dos Aliados, que se posicionaram no campo de batalha em linhas sucessivas e em profundida-

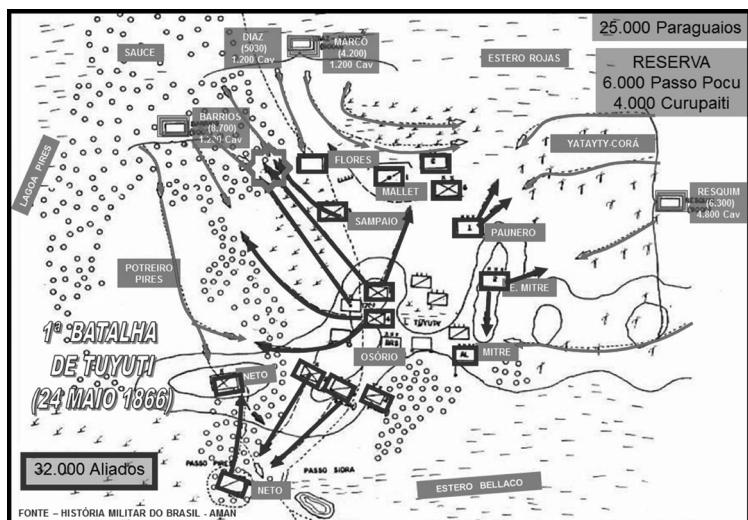


Figura 6 – Batalha de Tuiuti

Fonte: elaboração do autor

nossas tropas, que estavam finalizando seus reconhecimentos. López pressentiu a intenção aliada e antecipou-se. Após minucioso estudo de situação com seus generais em Passo Pocu, concebeu uma excelente manobra mal conduzida. Consistia em um ataque frontal com Díaz e Marcó, com esforço envolvente a Oeste, com Barrios, e a Leste, com Resquim, este forte em cavalaria, buscando rapidez e procurando concretizar um grande duplo envolvimento na retaguarda

de e responderam imediatamente às ações de combate, com energia e precisão.

López empenhou em Tuiuti quase todo o seu exército e o arremessara contra os aliados por todos os lados. Mas, segundo Dionísio Cerqueira, nas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*:

[...] tínhamos à nossa frente, o grande Osorio, que surgia como um semideus, nos momentos mais críticos, levando consigo a vitória. Ouvi, e narro com ufania, soldados feridos, estorcendo-se nas vascas da agonia, levantarem-se a meio, com a auréola da morte dourando-lhes os cabelos empastados de sangue, murmurarem em voz desfalecida, quando ele passava: "Viva o general Osorio!... Viva Osorio!"

O enaltecimento da ação decisiva de Osorio não deve, todavia, importar no esquecimento do papel de Sampaio, o ilustre cearense Antônio de Sampaio, comandante da lendária Divisão Encouraçada, sobre a qual incidiu o mais poderoso esforço do ataque paraguaio, representado pela ação de cerca de nove mil homens de Diaz e Marcó. O mesmo Dionísio Cerqueira deu-nos um flagrante de Sampaio em plena batalha, quando assim o descreve: "Sampaio cavalgava, trajando o seu belo uniforme de general, bordado a ouro, à frente das suas tropas: mandou estender linhas e avançar".

Outro que viu Sampaio atuando no embate de 24 de maio foi o sargento Oliveira, cujo testemunho nos chegou através de Fonseca Lobo, nesses termos:

[...] Quinze dias depois, teve lugar uma grande batalha entre o nosso batalhão de voluntários e dois batalhões paraguaios, que nos surpreenderam entre dois banhados.

Felizmente, os nossos inimigos tinham pela frente um general como Sampaio. Este bravo, sondando o perigo, e vendo que a nossa vitória dependia de ação a ferro-frio, o que era impossibilitado pelo banhado de nossa vanguarda, que nos separava da força inimiga, e querendo que os paraguaios passassem o banhado para o nosso lado, mandou tocar retirada e recuou, como fugindo... Os paraguaios passaram todos e nos foram perseguinto até termos pela retaguarda o outro banhado. Aí o general formou com rapidez o batalhão e mandou fazer fogo, carregando sempre contra o inimigo... A refrega foi tremenda! Os paraguaios, duas vezes mais em número do que os nossos, fraquearam, ou porque as nossas armas fossem melhores, ou porque o batalhão de voluntários, tendo na vanguarda um general daquela témpera, os terrorizava. O certo é que iam eles, recuando deixando o campo alastrado de cadáveres dos seus soldados, como também dos nossos.

Dionísio Cerqueira continua sua descrição, relatando os episódios mais importantes e expressivos do combate em Tuiuti na frente da 3ª Divisão Encouraçada, descrevendo como o Brigadeiro Sampaio foi ferido por três vezes:

Nas últimas descargas de fuzilaria, quando íamos passar, a ferro-frio, já quase à entrada do banhado, onde o inimigo não podia mais recuar, um oficial paraguaio, que estava do outro lado do banhado ou sanga larga, fez alvo no general, e uma bala despedaçou a cabeça de seu corcel".

O general sempre ao lado da primeira linha da vanguarda, a pé, de espada no ar, gritava: "Avança! Avança! Mata! Mata!"

Outra bala decepou-lhe a folha da espada, mas o general não fez caso, gritando sempre: "Avança! Mata!"

O nosso batalhão parecia a tromba de medonho ciclone numa campina deserta!... O momento era crítico... era sumário... Eu corri e meti na

mão do general a minha espada, dizendo: “É a arma de um inferior, senhor general, mas é uma espada brasileira”.

Olhou-me o bravo militar e disse: “Obrigado, meu alferes Oliveira. Vamos acabar com estes cambas”.

Mal acabava ele de pronunciar estas palavras, ouvi o sibilar de uma bala que passou queimando-me a farda por cima do ombro, indo ferir em cheio no peito do general, que se voltou para tomar a arma de um soldado, o que fiz com muito mais ligeireza, de modo que quando outra bala o pilhou pelas costas, numa das omo-platas, eu já tinha divisado o oficial paraguaio, e metia-lhe uma bala na boca quando ele acabava de gritar: “Matei o general brasileiro!”

O general, mesmo ferido como estava, tinha-se virado para frente e viu bem quando derrubei o perverso paraguaio.

A fuzilaria foi medonha. Carregamos contra o inimigo, que, esmorecido, se deixou matar, como bois em matadouro!

Nenhum documento oficial menciona a localização dos ferimentos recebidos pelo Gen Sampaio. A indicação do sargento Oliveira (seria alferes após a batalha de Tuiuti) é, por-

tanto, válida. Sabe-se, porém, que os ferimentos sucessivos foram três. E o terceiro teria ocorrido quando o alferes Francisco Correia de Melo lhe transmitia uma recomendação de Osorio para que continuasse resistindo de qualquer maneira. Sampaio respondeu:

Diga ao general que estou cumprindo o meu dever, mas como já recebi dois ferimentos e estou perdendo muito sangue, seria conveniente que me mandasse substituir.

Nessa ocasião exata recebeu o terceiro balazo e então ajuntou, levando a mão ao local do novo ferimento: “Diga ao general que este é o terceiro”¹³.

O brigadeiro Antônio de Sampaio teve uma atuação ímpar no comando de suas tropas, desde o início dos combates até mesmo nos contra-ataques. Utilizou do fogo à arma branca, montado ou a pé, e, mesmo após ter perdido quatro cavalos, conseguiu barrar a fúria do ataque inimigo. Sua atitude segura e decidida serviu de estímulo aos comandados,

que o seguiram bravamente, com a determinação de combater o astucioso inimigo. Enquanto Sampaio bloqueava o inimigo no flanco esquerdo, Mallet, com sua artilharia-revólver, enchia seu sigiloso fosso de cadáveres inimigos¹⁴.

O fracasso do ataque surpresa do marechal López, que pretendia destruir as forças aliadas, de-



Figura 7 – Sampaio em Tuiuti

Fonte: óleo sobre tela de Jorge Cunha (acervo da DPHCEEx)



Figura 8 – Provável localização do fosso de Mallet
Fonte: acervo e elaboração do autor



Figura 9 – Monumento paraguaio à Batalha de Tuiuti (150 anos)
Fonte: acervo do autor

monstrou a alta combatividade dos nossos soldados e a perícia de nossos chefes. Faltou ao chefe guarani conduzir pessoalmente o combate (unidade de comando). Além disso, não distribuiu equilibradamente suas peças de manobra (usou a cavalaria em região matosa), não reconheceu minuciosamente os itinerários de aproximação, deixou faltar apoio de fogo no ataque frontal contra Mallet, não empregou a sua reserva no ponto e momento oportuno e não definiu o principal objetivo a ser conquistado¹⁵. Se não fosse a impossibilidade da nossa tropa de cavalaria montada, por falta de cavalos para realizar perseguições, provavelmente, a guerra teria terminado na batalha de Tuiuti¹⁶. Sampaio tombou com glória no campo de batalha de Tuiuti, sua atuação estava voltada unicamente para os legítimos interesses da Pátria, ali ele imortalizou-se e, ainda hoje, serve de estímulo e exemplo para os jovens infantes, como patrono da arma de Infantaria Brasileira — “Rainha das Armas”.

Traslado de Sampaio

A Divisão Encouraçada em Tuiuti assegurou a vitória dos aliados. Os soldados de seus oito batalhões não recuaram, honraram seu comandante, lutando bravamente. Após quarenta e três dias agonizantes a bordo do vapor hospital Eponina, teve fim a trajetória de um militar exemplar (06/07/1866). O corpo do herói chegou a Buenos Aires no dia seguinte de sua morte, sendo depositado, à noite, no Hospital de Sangue Brasileiro, situado no extremo Sul daquela cidade. No outro dia, às quatorze horas, saiu seu enterro para o cemitério local sob salvas da Corveta Niterói e honras fúnebres prestadas por uma força de infantaria argentina¹⁷. Após três anos (20/12/1869), os restos mortais do Brigadeiro Sampaio chegaram ao Rio de Janeiro, indo diretamente para a capela do Arsenal de Guerra, de onde foi trasladado para a Igreja do Asilo dos Inválidos da Pátria, na ilha do Bom Jesus da Coluna. Onde permaneceu sepultado até 25 de novembro de 1871, quando foi transferido no vapor Cruzeiro do Sul para

Fortaleza, sendo guardado em sua Catedral, até que se concluisse a construção do seu mausoléu no cemitério de São João Batista. (25/10/1873)¹⁸.

Homenagens a Sampaio

Para eternizar a memória dos seus feitos, foi erigida, em 24 de maio de 1900 (34 anos da batalha de Tuiuti e 90 do nascimento de Sampaio), na praça pública (Praça Castro Correia), uma estátua de dez metros de altura do brigadeiro Antônio de Sampaio, em mármore extraído das pedreiras do Itapaí, no Serro de Cantagalo¹⁹.

Em 1928, na Escola Militar do Realengo, os alunos foram estimulados pelo instrutor 1º Ten Humberto de Alencar Castelo Branco a escolher o nome de Sampaio para ser o patrono do Batalhão de Infantaria daquela Escola de formação de oficiais do Exército. Dois anos depois, a Turma de Infantaria de 1930, da mesma escola, ampliou as homenagens, conferindo ao brigadeiro Sampaio o título de Patrono da Infantaria Brasileira.

As tradições de sua 3ª Divisão de Infantaria – “Divisão Encouraçada” são cultuadas, em especial, por duas grandes unidades de origem de 1908, as hoje centenárias 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Pelotas, que tem entre suas unidades o 9º Batalhão de Infantaria Motorizado – Batalhão Tuiuti, e a 3ª Divisão de Exército – “Divisão Encouraçada”, em Santa Maria-RS, onde ele figura como o seu primeiro comandante.

O 1º Regimento de Infantaria, atualmente 1º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola), sediado na Vila Militar, no Rio de Janeiro, integrante da 1ª Divisão de Exército – “Divisão Marechal Mascarenhas de Moraes”, recebeu, desde 19 de janeiro de 1940, a denominação histórica de “Regimento Sampaio”. No ano seguinte, o decreto-lei Nº 3.081, de 28 de fevereiro de 1941 criou o seu Estandarte Histórico.

O Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962, homologou o nome do Brigadeiro Sampaio, como o Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro²⁰.



Figura 10 – Traslado dos restos mortais de Sampaio

Fonte: elaboração do autor

Em 1966, seus restos mortais foram deslocados do cemitério de São João Batista para a Avenida Bezerra de Menezes, em frente à Companhia de Guardas.

No Dia da Infantaria, em 24 de maio de 1967, foi emitido um selo comemorativo da “efeméride do centenário de Morte do Brigadeiro Sampaio em Tuiuti”, com a sua efígie e, sobre ela, três estrelas lembrando os três ferimentos de Sampaio recebidos em Tuiuti.

Na época da Segunda Guerra Mundial, o nome de Sampaio foi usado na criação da Medalha de Sangue, destinado a contemplar os que fossem feridos em ação. Na comenda, existem também três estrelas esmaltadas em vermelho, lembrando os três ferimentos recebidos pelo Patrono da Infantaria em Tuiuti²¹.

A espada do herói, entregue pelos cearenses residentes no Rio de Janeiro, integra o patrimônio do “Regimento Sampaio”, na Vila Militar e hoje está autorizada a seguir para Fortaleza, a fim de compor as comemorações do bicentenário do nascimento do Brigadeiro Sampaio²², e a compor o acervo do “Museu do Brigadeiro Antônio de Sampaio”.

A partir de 24 de maio de 1996, os seus restos mortais foram depositados no Pantheon de frente à fortaleza Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza, onde nosso herói ingressou voluntariamente como soldado nas fileiras do Exército Impre-

rial (17/6/1830), local que hoje abriga o Comando da 10ª Região Militar.

Em 2009, a Nação, em reconhecimento ao seu grande herói de Tamboril, teve o seu nome aprovado pelo Congresso Nacional, para ser inscrito no Livro de Aço dos Heróis da Pátria, na Praça dos Três Poderes no Pantheon da Pátria, em Brasília-DF.

No dia 24 de maio de 2010, em comemoração aos 200 anos de nascimento do Brigadeiro Antônio de Sampaio, o Bravo dos Bravos da Batalha de Tuiuti, todas as unidades da Arma de Infantaria do Brasil renderam as merecidas homenagens ao nosso grande herói cearense.

Quem tomba em defesa da Pátria não morre, porque vive eternamente na memória e na lembrança daqueles que o veneram. “O patriota não morre, vive além da eternidade; sua glória, seu renome são troféus da humildade” (Frei Caneca 1817).

Fica evidente que, na carreira militar, o que na realidade se valoriza é o desempenho



Figura 11 – Comemorações em Tamboril

Fonte: acervo do autor

de cada integrante, não sendo relevante a origem, raça, credo e poder econômico-social de cada um, e sim o seu mérito. O brigadeiro Sampaio, de um simples vaqueiro nordestino, vindo da fazenda Vitor de Tamboril do sertão cearense, se tornou um modelo de instrutor e disciplinador, exemplo de coragem, bravura e determinação. Galgou todos os postos da hierarquia militar por seus feitos, conquistas e desempenho. Serviu de Norte a Sul por quase todas as províncias litorâneas. Suas realizações e trajetória no comando de suas frações servem de exemplo, não só para aqueles que seguem a carreira militar, como também, para toda a sociedade.

A guerra moderna envolve o emprego de armamento e meios cada vez mais sofisticados, mais precisos, mais letais. Mas hoje, mais do que ontem, as guerras são decididas pelos homens e pela vontade que os anima. Em todos os exércitos são os homens que conquistam, ocupam, consolidam e defendem o terreno e decidem as guerras. Eles pertencem à Infantaria (a rainha das armas), que, devido à diversidade da fisiografia brasileira e às modalidades de emprego da Força Terrestre,

tem ditado a especialização das unidades em motorizada, blindada, aeromóvel, paraquedista; ambientada na selva, na montanha, no pantanal e na caatinga; vocacionada para guarda, para polícia e em missões de paz. Todos os infantes têm em Sampaio o exemplo de coragem e determinação, o ícone e o mito, que é reverenciado, tornando-se o Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro.

Concluindo, com este artigo, reverenciamos o dia 24 de maio de 1866. Há 150 anos passados, os infantes guerreiros de Sampaio lutaram em Tuiuti e deram suas vidas em defesa da Pátria, que fora ultrajada. Do terreno desconhecido e da luta que seria ainda travada até Cerro Cora, muitos ficaram em solo guarani!

E àqueles que tombaram no campo de batalha, o nosso louvor e reconhecimento de que o combate não foi em vão. E enalteço todos esses heróis da Pátria, para servirem de ícones aos soldados de hoje.

Por sua coragem e determinação, concito todos os brasileiros a saudar o Brigadeiro Sampaio e todos os militares da Rainha das Armas. **[REB]**

Referências

ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – Ministério da Educação e Cultura – Volume XVII – Comemorativo do 1º Centenário da Batalha do Tuiuti – Rio de Janeiro, 1866.

BAPTISTA, Fernando Elisa Lynch – Mulher do Mundo e da Guerra –. BIBLIEx – Rio de Janeiro, 2007.

BENTO, Cláudio Moreira – Brigadeiro Antônio de Sampaio – Patrono da Infantaria (Bicentenário): o bravo dos bravos na batalha do Tuiuti – Edição comemorativa da AHIMTB – Resende-RJ 2010.

CERQUEIRA, Dionísio - Reminiscências da Campanha do Paraguai – BIBLIEx – Ed. Especial da Coleção General Benício, Rio de Janeiro, 1980.

DORATIOTO, Francisco; “Maldita Guerra – Nova História da Guerra do Paraguai”; Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

DUARTE, Gen Paulo de Queiróz, Sampaio, Coleção General Benício, BIBLIEx, RJ, 1988.

FRAGOSO, Tasso General; “História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai” (5 volumes); Biblioteca do Exército-Editora, Rio, 1956.

F.DE AZEVEDO, Pedro Cordolino; “História Militar” (2 volumes); Imprensa Nacional, Rio, 1952.

História Militar Brasileira I do período Colonial ao monárquico – Unisul Virtual – Palhoça – SC.

LIMA, de Mauro Lopes, O Infante Imortal, Editora Caravellas, SP, 1966.

MATTOS, Joaquim Francisco de; “A Guerra do Paraguai (História de Francisco Solano Lopes, o exterminador da nação paraguaia)”; Centro Gráfico do Senado, Brasília, 1990.

ORDENS DO DIA DA GUERRA DO PARAGUAI – Primeiro Corpo de Exército do Marquez do Herval – Vol I e II, 1865 e 1866. 2^a Edição. Rio de Janeiro. ZL Soluções em Impressão – 2008.

ROLÓN, Felipe E. Bengoechea Humaitá – Estampas de Epopeya – Editorial DonBosco, Asunción, Paraguay, 2008.

SCHNEIDER, L.; “A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870)” (4 volumes); Imprensa Militar, Rio, 1928.

SENA MADUREIRA, Antônio; “Guerra do Paraguai”; Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

THOMPSON, George; “La Guerra del Paraguay”; RP Ediciones, Servilibro, Colección Otra História, Asunción, Paraguay, 2003.

VASCONCELOS, Genserico Capitão; “História Militar do Brasil” (2 volumes); Biblioteca Militar, Rio, 1941.

VAZ GUIMARÃES, Acyr; “A Guerra do Paraguai – Verdades e Mentiras”; Editora do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000.

http://www.eb.mil.br/patronos//asset_publisher/e1fxWhhsfx3Ut/content/antonio-sampaio-1

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Sampaio, patrono da arma de Infantaria; Osorio, patrono da arma de Cavalaria; e Mallet, patrono da arma de Artilharia.

² De 8 a 11 de setembro de 2009. Visitação: Fundição de Ibicuí, Regimento de Cavalaria 2 de Pilar, Museu Histórico de Isla Umbu, Museu Histórico e Ruínas de Humaitá, Museu Histórico de Passo da Pátria, Forte Itaperu, Campo de Batalha de Estero Bellaco, Tuiuti, Curupaiti, Passo Poco e Museu do Cíbolo de Pilar.

³ De 18 de março a 4 de abril de 2016. Visitação: o Museu da Defesa do Paraguai (22 Mar); os campos de

batalha da GTA no Paraguai (150 anos da Guerra) da Dezembrada (desembarque em San Antonio, Itororó, Ipané, batalha de Avaí, Lomas Valentinas, Ita Abaeté, Angustura e Piçissiri (dia 25 Mar); visitou a fundição de Ybycui – La Rosada, cidade de Peribebui e QG Solano López de Cerro León (26 Mar); visitou sítio Histórico de Vapor Cuê (24 Mar), visitou coleção de armaria do Sr Tito Aranda (31 Mar) com Pres. Associação Manduará Edgar Garcez e acompanhou os ministros da Defesa do Brasil, Aldo Rebelo, e do Paraguai, Diógenes Martínez, aos sítios históricos do departamento de Neembucú. Eles assinaram na segunda-feira (4 Abr) um memorando de entendimento e cooperação para a preservação da memória da Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870.

Lista de la comitiva del Ministerio de defensa del Paraguay, ministro de Defensa Nacional, S.E. Don Diógenes Martínez. Viceministro de Defensa Nacional, GRAL BRIG (R) Víctor Picagua. Viceministro para las FFAA de la Nación, CALTE (R) Rubén Carmelo Valdez Cuellar. Jefe de Gabinete Militar, Cnel DCEM Ricardo Nelido Jara Castillo. Coordinador del Departamento de Ñeembucú, Cnel DCEM Cesar Regino Ovelar Martínez. Director del Museo Militar, Cnel DCEM Roberto Carlos Olmedo Lesme. Director de Administración y Finanzas, TCnel DCEM Víctor Hugo Zarza. Director de Seguridad de S.E., My DCEM Néstor Atilio Ortiz Rivas. Jefe de Destacamento de Seguridad de S.E., Tte 1º Pedro Miguel González Manzoni. Jefa de Prensa, Lic. Olga Acuña.

- ⁴ Comitiva da Comissão Militar Brasileira no Paraguai (CMBP) que realizou o primeiro percorrido, em 2005, aos campos de batalha da Guerra do Paraguai: Cel Schneider, da CMBP; Cel R1 Acuña Soley, da AHMP (Academia de História Militar do Paraguai); Cel R1 Rosty, da 7^aRM/7^aDE e o Prof Dr. Marcos Albuquerque, do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco
- ⁵ Comitiva da Comissão Militar Brasileira no Paraguai (CMBP) que realizou o 2º percorrido, em 2009, aos campos de batalha da Guerra do Paraguai: Cel PAZ, Ch CMBP; Cel R1 Acuña Soley, da AHMP (Academia de História Militar do Paraguai); Cel R1 Rosty, do IGHMB (Instituto de Geografia e História Militar do Brasil); TC Baksys, Guedon, Montenegro, Da Hora, Flávio Neiva, Cristiano e Ten Dreyer todos da CMBP.
- ⁶ História Militar Brasileira I do período Colonial ao monárquico – Unisul Virtual – Palhoça - SC, pág 256 e 257.
- ⁷ Sampaio, Gen Paulo de Queirós Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap XII pág 273.
- ⁸ Osorio Marquês do Herval – Editora Nova Prova – Porto Alegre, pág 85 / A Guerra da Tríplice Aliança de Tasso Fragoso – Bibliex – Rj – Vol II, pág 261 e 421 e Maldita Guerra de Francisco Doratioto – pág 225.
- ⁹ Osorio Marquês do Herval – Editora Nova Prova – Porto Alegre, pág 84.
- ¹⁰ Brigadeiro Antônio de Sampaio – Patrono da Infantaria (Bicentenário): o bravo dos bravos na batalha do Tuiuti – Edição comemorativa da AHIMTB – Resende-RJ - 2010 – pág 75.
- ¹¹ Osorio Marquês do Herval – Editora Nova Prova – Porto Alegre, pág 84 e O General Sampaio do Livro “O Infante Imortal” de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 59.
- ¹² Maldita Guerra – Nova História da Guerra do Paraguai – Francisco Doratioto. Companhia das Letras – São Paulo, 2002, pág 219.
- ¹³ Anais do Museu Histórico Nacional – Ministério da Educação e Cultura – Volume XVII – Comemorativo do 1º Centenário da Batalha do Tuiuti – Rio de Janeiro, 1866 - pág 24 a 27.
- ¹⁴ O General Sampaio do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 63 e 64.
- ¹⁵ Maldita Guerra – Nova História da Guerra do Paraguai – Francisco Doratioto. Companhia das Letras – São Paulo, 2002, pág 219.
- ¹⁶ O General Sampaio do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 67.
- ¹⁷ Morre o Batalhador, do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, Cap VII, pág 69.
- ¹⁸ Transladação dos Despojos do General do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, Cap VIII, pág 79 a 81.
- ¹⁹ Transladação dos Despojos do General do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, Cap IX, pág 83 e 84.
- ²⁰ Sampaio, Gen Paulo de Queirós Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap XIII pág 303.
- ²¹ Sampaio, Gen Paulo de Queirós Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap XIII pág 303 e 304.
- ²² Sampaio, Gen Paulo de Queirós Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap XII pág 261.

Exercício Haffschild

Bergen, Alemanha

Rodrigo Costa Fedozzi*

Introdução

O Exercício Haffschild é realizado anualmente pelo Exército Alemão e tem por finalidade adestrar as tropas na execução de tiro com armamentos individuais e coletivos. Utiliza-se, para isso, uma situação tática e os meios orgânicos de um batalhão e de uma brigada.

Na execução desse exercício, a 41ª Bda Inf Bld se desloca para o Campo de Instrução de Horsten, base de treinamento da OTAN, localizado na pequena cidade de Bergen, no noroeste da Alemanha. A atividade possui duração de 15 dias e ocorre, normalmente, em julho.

Por meio do Plano de Visitas às Nações Amigas (PVANA), foi possível a presença de uma comitiva composta por três capitães do Exército Brasileiro. O batalhão alemão responsável pela recepção e acompanhamento foi o Panzer Grenadier Bataillone 411 (Pz Gr Btl 411), orgânico da 41ª Bda Inf Bld.

A seguir, serão relatados aspectos e impressões relevantes ligados a doutrina militar alemã verificados durante essa visita, realizando referências à doutrina de emprego do Exército Brasileiro.

Desenvolvimento

A Organização para o Combate

O Pz Gr Btl 411 (411º BIB) é constituído de um Comando, um estado-maior (EM), similar ao brasileiro, e cinco subunidades (SU). A 1ª Companhia de Fuzileiros Blindada (Cia Fuz Bld) é responsável pelo apoio ao Comando e pelo apoio logístico; as 2ª, 3ª e 4ª Cia Fuz Bld são as peças de manobra e a 5ª Cia Fuz Bld é responsável pela formação dos recrutas e segurança da base.

Os batalhões de infantaria alemães são dotados da viatura blindada de combate de infantaria (VBCI) Marder 1 A3.

As Cia Fuz Bld, assim como no Brasil, possuem três pelotões de fuzileiros blindados (Pel Fuz Bld). No entanto, não possuem o pelotão de apoio (Pel Ap), sendo o apoio de fogo da SU provido pelos próprios carros, os quais possuem canhão automático Rheinmetall MK 20 Rh202 de 20mm, míssil MILAN e metralhadora MG3 7,62mm.

Já o Pel Fuz Bld é composto por quatro grupos de combate, não existindo grupo de apoio.

* Maj Inf (AMAN/01, EsAO/10). Atualmente, é aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.



Figura 1 – VBCI Marder 1 A3

Fonte: Cmdo Pz Gr Btl 411



Figura 2 – Força-Tarefa progredindo na via de acesso

Fonte: Cmdo Pz Gr Btl 411

As oficinas de tiro

A oficina de ataque da Força-Tarefa SU

A Força-Tarefa SU foi constituída de três Pel Inf Bld e um pelotão de carros de combate (Pel CC), os quais são dotados com o veículo blindado de combate (VBC) Leopard 2 A5.

O local de instrução possuía uma via de acesso (VA) com cerca de quatro quilômetros de profundidade e aproximadamente dois quilômetros de largura, além de uma pequena localidade. A situação tática é apresentada pela ordem de operações da brigada e complementada pelas informações obtidas pelo S-2, as quais são oriundas do Batalhão de Reconhecimento.

Além disso, na VA existe um sistema muito bem elaborado de alvos e incidentes, controlado por um primeiro-sargento da OM, sendo uma grande parte de alvos acionados por um sistema a gás, bem como simulação de tiros de artilharia com o acionamento de cargas fumígenas e explosivas.

Durante a execução da manobra, o comandante SU investiu sobre a localidade, utilizando dois Pel Inf Bld com os homens desembarcados, um Pel CC realizando base

de fogos e um Pel Inf Bld em reserva.

Imediatamente após o término do ataque, o comandante do batalhão realizava um *debriefing* no próprio terreno, ressaltando os acertos e as oportunidades de melhoria.

Um fato que nos chamou a atenção foi a formação de FT nível pelotão em um dos ataques, com dois GC de Fuz Bld (Vtr MARDER) e dois GC de CC (Vtr Leopard), o que é diferente do preconizado pela doutrina brasileira.

A oficina de ataque de Pel Fuz Bld

Essa oficina ocorreu em uma região do terreno impeditiva para viaturas sobre lagartas, devido à presença de uma região de bosques.

Dessa forma, o ataque do pelotão foi realizado desembarcado, enquanto as Vtr Marder permaneceram na retaguarda, apoiando pelo fogo.

Cada Pel Inf Bld possui um tenente líder de Pel, três sargentos comandantes de carro e quatro sargentos comandantes de GC. Se necessário, os Cmt da Vtr podem desembarcar para combater com a tropa.

Durante esse ataque, foi notado o alto nível de adestramento da tropa em operações desembarcadas. Cabe ressaltar que, para todas as ações, era utilizada munição real em todos os armamentos de dotação do pelotão, incluindo, além do fuzil, as Mtr, os canhões sem recuo e o canhão 20mm dos carros.

A oficina de defesa de área de retaguarda

Uma outra oficina ocorreu visando ao adestramento de elementos da área de trens do Btl.

Militares oriundos de diversas frações da Cia C Ap (1^a Cia Fuz Bld alemã) são designados para realizar a defesa da área de trens e PC da unidade. Essa fração é denominada Pelotão de Segurança (Pel Seg).

Essa fração é acionada quando ocorre aproximação do inimigo e tem por objetivo impedir a destruição dessa área sensível. Nesse exercício, o Pel Seg ocupou posição em linha para barrar o avanço de tropas irregulares.

Nessa região, também foi realizado o adestramento individual de tiro com o fuzil G36 (calibre 5,56mm, com sistema de pontaria holográfica para 200m e luneta para 800m), com a Mtr MG3 e o lança-rojão Panzer Faust 3 (canhão sem recuo do GC, sendo diferente do AT-4 por não descartável). Nos estandes de tiro, o inimigo é representado por alvos móveis e retráteis.

O apoio à manobra

A 41^a Bda Inf Bld aproveitava todas as oportunidades para realizar o adestramento de suas outras funções de combate.

Durante a realização de um dos ata-



Figura 3 – Simulação de apoio médico

Fonte: Cmdo Pz Gr Btl 411

ques, foi detectado um dispositivo eletrônico explosivo pela tropa. Com isso, foram acionados elementos de engenharia para realizar a destruir desse artefato.

Além disso, verificou-se o treinamento da evacuação de mortos e feridos por meio de viaturas ambulâncias, as quais se deslocavam até a linha de frente para realizar as atividades de primeiros socorros.

Foi observada também a presença de elementos de forças especiais (FE) atualizando o S-2 sobre as evoluções do combate, assim como a utilização do Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) pela tropa de reconhecimento.

Outro fato interessante foi o desdobramento de todas as instalações do Btl, como posto de comando (PC) e área de trens de combate.

A preocupação com a segurança na instrução

O subcomandante (S Cmt) do Btl era o oficial de prevenção de acidentes na instrução (OPAI). Esse militar participava das oficinas com a única missão de coordenar a

segurança, pois essa instrução envolvia tiros com munição real e muito deslocamento de tropa.

A equipe de segurança comandada pelo S Cmt possuía duas viaturas, sendo uma delas preparada para esse fim. Possui uma plataforma alta e envidraçada, de onde era possível analisar o deslocamento de toda a tropa. Além disso, essa Vtr contava com sistema de comunicações de rádio e de telefone.

Existe também um oficial que serve no Campo de Instrução de Horsten e possui uma equipe exclusiva para auxiliar na segurança.

É empregado um prático esquema de sinalização visual de bandeirolas nos carros e nos homens (VERMELHA – pronto para o tiro; VERDE – não vai atirar; VERDE E VERMELHA – possui munição, mas não está carregada). As Vtr eram identificadas da seguinte forma: “X” VERMELHO – Vtr OPAI e equipe de segurança; VERDE – visitantes; BRANCO – líder de fração. Cabe ressaltar que essas identificações eram iluminadas no período noturno, sendo de fácil visualização por todos os envolvidos com o exercício.

Nos deslocamentos administrativos dentro da base, observamos que as Vtr Bld se deslocam com “giroflex”, bandeirolas de sinalização e, durante as manobras, sempre utilizam um guia, utilizando colete reflexivo.

Foi notada grande perícia dos motoristas de blindados, realizando rápidos deslocamentos diurnos e noturnos (utilizando faróis de escurecimento), de frente e de ré (sempre mantinham a frente do

carro voltada para a direção do inimigo) com extrema habilidade. Cabe ressaltar não ser obrigatório para o motorista militar possuir a Carteira Nacional de Habilitação. Ao ser designado para essa atividade, o militar faz um curso de operação de veículos blindados e depois outro curso de manutenção específico para o Bld que vai operar. De posse dessas habilitações, já está apto a conduzir Vtr Bld, e inclusive, pode conseguir transformar junto ao órgão nacional de trânsito sua licença militar em licença civil.

Em todos os exercícios que assistimos, observamos o treinamento de primeiros socorros e evacuação de feridos e uma equipe médica fora de situação para realizar o atendimento em caso de acidente.

Comando e Controle

O posto de comando (PC) do Pz Gr Btl 411 é formado por uma estrutura composta por três VBTP M113 e duas Vtr UNIMOG, com mais duas Vtr reboques com geradores e uma barraca central, permitindo o trabalho de EM da unidade.



Figura 4 – Viaturas em posição de tiro

Fonte: Cmdo Pz Gr Btl 411

O PC da 41ª Bda Inf Bld foi desdobrado utilizando muitos meios sobre rodas, reboques, contêineres e barracas infláveis. Possui dois provedores móveis de intranet, internet e TV.

Existe uma célula de acompanhamento de atividades na estrutura do EM Bda, subordinada ao Ch EM, a qual acompanhava o exercício por meio do PC, utilizando sistema rádio e SARP com excelente visão das manobras executadas pela tropa.

O Cmt Bda, Gen Vonn Sandrart, informou que havia uma reestruturação prevista na área de comando e controle, extinguindo o Btl Com e transformando a Cia Cmdo em Cia Cmdo e Com.

Foi notada pela comitiva a interrupção frequente do exercício devido a falta de segurança provocada pela ocorrência de problemas técnicos com as comunicações internas das frações.

Conclusão

O Exercício Haffschild é uma operação de grande envergadura com a finalidade de adestrar uma brigada do Exército Alemão na realização e condução de tiros reais.

Essa atividade causou impressão muito positiva na comitiva dos brasileiros presentes. A grande quantidade de meios envolvidos, de recursos financeiros e o nível de adestramento da tropa foram os aspectos que mais se destacaram. Além disso, o profissionalismo e a dedicação com que os militares alemães executaram as missões, desde os oficiais mais antigos até os soldados mais modernos, contribuíram para o sucesso da execução dessa operação.

Por fim, conclui-se que o intercâmbio entre os exércitos de nações amigas possibilita o engrandecimento dos envolvidos, propiciando troca de experiências e projetando a imagem da força em outros países. 

Referências

<<http://fkpg.de/bataillone/pzgrenbtl-411/>>

<<http://littledragonblue-modelismo.blogspot.com.br/2012/03/veiculo-de-combate-de-infantaria-marder.html>>

<<http://www.areamilitar.net/DIRECTORIO/TER.aspx?nn=486>>

<<http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/12120/A-ausencia-da-VBCI-nas-Brigadas-Blindadas-as-mantem-nos--status-quo--da-2ª-Guerra-Mundial/>>

RELATÓRIO DE MISSÃO NO EXTERIOR Exercício *HAFFSCHILD* 2014 (Atv PVANA X14/479), Intercâmbio de Tropa Blindada.

CD Exercício *HAFFSCHILD* 2014 (Atv PVANA X14/479), Intercâmbio de Tropa Blindada.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Variação sociolinguística na fronteira entre Brasil e Paraguai

Importância para a guerra eletrônica

*Daniel Seixas da Silva**

Introdução

De acordo com NETO e MORELLO (2011), mesmo com o advento da globalização, queda de barreiras como o muro de Berlim e término de aduanas fronteiriças, com destaque para a União Europeia, as fronteiras entre os países no mundo ainda existem. Além das fronteiras políticas, algumas demarcadas com barreiras físicas, existem ainda as fronteiras econômicas, culturais e linguísticas.

Dentro da América do Sul, o Brasil se destaca, entre outros aspectos, pela grande área territorial que possui, e isso traz como consequência a imensidão de sua faixa de fronteira, onde faz limite com todos os países sul-americanos, exceto Equador e Chile. Dentro desse cenário, o Brasil se diferencia dos demais países pelo idioma oficial, o português, sendo o único país do continente que possui essa característica.

O tema escolhido para este artigo foi justamente o estudo das variantes dialetais das áreas de importância para a Guerra Eletrônica (GE). A escolha foi baseada no inte-

resse pelo idioma espanhol e suas variantes para áreas de interesse da GE, principalmente na larga região de fronteira que nosso país possui. O estudo foi delimitado para uma região específica, a de Ponta Porã-MS, fronteira entre Brasil e Paraguai, onde há grande permeabilidade entre os países. Então, como o estudo da variação sociolinguística dessa região pode ser importante para a Guerra Eletrônica?

A implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) foi iniciada em Mato Grosso do Sul, mais precisamente na área sob a responsabilidade da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Esse sistema foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, e tem o propósito de fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado, promovendo a redução dos crimes na faixa de fronteira com uma eficácia mínima que garanta a expectativa desejada pelos brasileiros (BRASIL, 2013).

Os reflexos dos crimes transfronteiriços repercutem diretamente no aumento de crimes em todas as regiões do território na-

* Cap Com (AMAN/06, EsAO/15); extensão em Manutenção de Comunicações (EsCom/09) e Curso Básico de Guerra Eletrônica para Oficiais (EsCom/13). Foi instrutor da Escola de Comunicações, em 2010. Atualmente, é instrutor do Curso de Comunicações da EsAO.

cional, desestruturando famílias e aumentando gastos do Governo com saúde e segurança pública. De acordo com os dados estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e nos levantamentos do Departamento Penitenciário Nacional, sobre a população carcerária, estima-se que o custo anual mínimo da violência decorrente do narcotráfico gira em torno de 54,2 bilhões de reais (FIEP, 2014).

Para o Exército, o SISFRON deverá incrementar a capacidade de monitorar as áreas de fronteira, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões bem como atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais que regem o assunto, em operações isoladas ou em conjunto com as outras Forças Armadas ou, ainda, em operações interagências, com outros órgãos governamentais (EPEX, 2017).

Conforme o manual de campanha C 34-1 *Emprego da Guerra Eletrônica* (2009), as

atividades de GE desenvolvidas pela MAGE (Medidas de Apoio de Guerra Eletrônica) e pela Inteligência do Sinal constituem uma valiosa fonte de informação e produção de conhecimento. Essas ações estão inseridas no contexto do SISFRON e são fundamentais para o desenvolvimento do sistema, em virtude da larga extensão dos limites a serem cobertos e da dificuldade em se realizar uma fiscalização eficaz nessas áreas.

Em Ponta Porã, há pelo menos três idiomas identificados pelos operadores de GE: português, espanhol e guarani. Esses idiomas podem variar na forma de se escrever ou se falar, resultando, assim, em dialetos locais. Além disso, esses dialetos podem ser oriundos da mescla de dois ou até mesmo três idiomas, formando novas maneiras de se expressar conhecidas somente pela população local.

O artigo busca evidenciar a variação sociolinguística existente na fronteira entre Brasil e Paraguai, especificamente em Ponta Porã-MS, demonstrando a importância des-

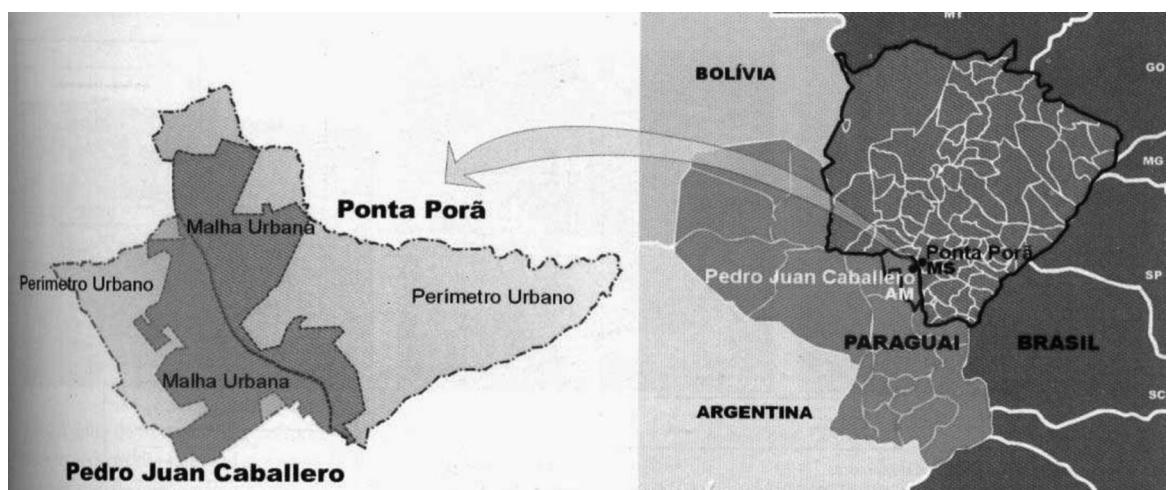


Figura 1 – Mapa das municipalidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã

Fonte: TORRECILHA (2004)

se estudo para o melhor aproveitamento das atividades de Guerra Eletrônica na região e ajudando ao operador e ao analista de Guerra Eletrônica a aperfeiçoar seus trabalhos naquela área.

Para desenvolver o trabalho, foi adotado o método de pesquisa qualitativa, que, conforme OTERO (2006),

é uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias, entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos.

Foram realizadas entrevistas com oficiais e praças da Arma de Comunicações do Exército, que serviram no Comando Militar do Oeste e travaram contato com a região de fronteira em questão. Também foi considerada a experiência desses militares com a atividade de Guerra Eletrônica ou de Inteligência do Sinal: no mínimo, eles possuem o Curso Básico de Guerra Eletrônica como especialização.

Além disso, como não houve a oportunidade de ir ao local em questão para ouvir os diferentes indivíduos brasileiros e paraguaios, foram ouvidas rádios comerciais através da internet. Foram escolhidas duas rádios da cidade de Ponta Porã (Líder FM 104,9MHz e Nova FM 96,9MHz), e três rádios de Pedro Juan Caballero (Sin Fronteras FM 98,5MHz, Cristiana Atalaya FM 96,1MHz e Mburucuyá AM 980KHz).

Desenvolvimento

As fronteiras brasileiras possuem uma extensão de 23.105 quilômetros, sendo

15.735 quilômetros de fronteiras terrestres e 7.367 quilômetros de fronteiras marítimas, segundo TORRECILHA (2004). O Brasil é o país que faz fronteira com mais países da América do Sul: são 10 no total. De acordo com o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF – (Ministério da Integração, 2009), a faixa de fronteira brasileira corresponde a 27% do território nacional, abrangendo 588 municípios em 11 estados e uma população estimada em 10 milhões de habitantes.

As cidades de fronteira possuem grande complexidade em relação às suas barreiras, uma vez que, para dividir uma cidade da outra, ou seja, um país do outro, existe a necessidade de um limite. Dentre as regiões do Estado do Mato Grosso do Sul que mais apresentam diversidades culturais e linguísticas, destacam-se as regiões de fronteira. Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, no departamento de Amambay, repartem uma estreita faixa de terra correspondente ao limite de fronteira entre Brasil e Paraguai. Juntas, as cidades se encontram entre as principais conurbações fronteiriças da América Latina.

Região de fronteira Brasil-Paraguai

Entre o Brasil e o Paraguai, não há elemento físico que constitua uma barreira. Um viajante desavisado poderia facilmente adentrar o outro país sem se dar conta disso. Nas áreas rurais, é mais difícil ainda identificar em que lado da fronteira se encontra. Nas áreas urbanas, as principais diferenças remetem às divergências econômicas e aos poderes dos Estados. Línguas, escolas, bandeiras, hinos, tarifas aduaneiras, entre outros, são os

símbolos que definem a identificação entre o indivíduo e a superfície do lugar.

Ponta Porã faz fronteira seca por meio de uma linha de quase 14 quilômetros de extensão na área urbana com a cidade paraguaia Pedro Juan Caballero. Segundo GHETTI (2006), pode-se afirmar que a história das cidades dividiu-se em antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança, o conflito armado mais grave ocorrido na América Latina no período de 1864 a 1870. Os impactos dessa guerra foram mais drásticos para o Paraguai, pois grande parte da população, principalmente masculina, morreu.

Como apontado por PEREIRA (2002), as cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se apresentam como uma “zona de intenso comércio e fluxo de pessoas”, de modo que a cidade paraguaia funciona como entreposto comercial de mercadorias norte-americanas, asiáticas e europeias, sendo possível encontrar migrantes que se deslocam para a região, a fim de comercializarem essas mercadorias ou, ainda, por razões políticas e em busca de colocação no mercado de trabalho.

A falta de integração e interação entre os Estados, somada às oportunidades de lucro oferecidas pela natureza das fronteiras, no sentido de passagem das mais diversas mercadorias e contato internacional, permitiu que essas regiões periféricas chegassem à situação em que hoje se encontram: domínio de cartéis narcotraficantes, contrabandistas, traficantes de armas, entre outros.

É nesse contexto que essa zona de fronteira interessa aos estudos de variações sociolinguísticas, a partir da descrição das atitudes linguísticas de brasileiros e paraguaios bem

como das práticas linguísticas resultantes das relações comerciais. Pretende-se verificar a variação sociolinguística presente nessa região, observando de que modos as línguas circulam e criam um ambiente linguístico de comunicação, informação e reconhecimento das comunidades linguísticas peculiares.

Variação sociolinguística

Conforme LABOV, 1969 (*apud* ESPIGA, ano 1997), a Sociolinguística é a parte da Linguística que faz seus estudos enfocando a língua, a cultura e a sociedade. Podemos afirmar que a língua e a sociedade são dois contextos que se relacionam de tal forma que é impossível pensar a existência de uma sem a outra. É dentro da sociedade, com suas características e particularidades, que as falas fluem, e a interação entre os indivíduos ocorre. O traço social da linguagem está ligado aos traços que se enraizaram, de forma muito profunda, na mente coletiva da comunidade linguística.

De acordo com PESSOA (2010), a Sociolinguística possibilita a investigação das atitudes linguísticas, do percurso linguístico de uma determinada comunidade e o estudo dos dialetos sociais em qualquer comunidade linguística. Nessas perspectivas, a Sociolinguística pesquisa segmentos sociais que caracterizam a realidade e o futuro linguístico de um povo, ao mesmo tempo em que busca compreender os fatores de variação e mudança linguística, analisando e divulgando as características da linguagem, da cultura e da sociedade pesquisada.

Linguagem, cultura e sociedade estão ligadas entre si por laços indissolúveis. Todos têm uma linguagem, fazem parte de

uma sociedade e possuem uma cultura que é a marca da história de suas vidas. Ninguém pode negar a indissolubilidade que há entre a linguagem e a sociedade, ou melhor, ainda não há como negar essa relação profunda, em que tais especificidades se juntam para culminar na expressão máxima da história da humanidade.

Segundo comenta BRIGHT, 1980 (*apud* ESPIGA, ano 1997), a importância da sociolinguística, desde as primeiras pesquisas de campo, consiste em romper com a tendência de tratar as línguas como se fossem uniformes, homogêneas, monolíticas em sua estrutura. O autor afirma que as diferenças encontradas na fala de uma comunidade vinham sendo “encobertas como variação livre”, o que não condizia com a realidade. Cibia, então, à sociolinguística “demonstrar que, na verdade, tal variação ou diversidade não é ‘livre’ mas correlacionada a diferenças sociais sistemáticas”.

E, ao tomar por base os estudos sociolinguísticos, segundo TARALLO, 2001 (*apud* MACIEL), pode-se afirmar que as diferentes formas de falar de uma determinada região estão inteiramente ligadas a fatores históricos, linguísticos e sociais, como gênero, idade, profissão, escolaridade do falante, o que leva a inferir que esses fatores influenciam diretamente na língua e na maneira característica do falar de cada indivíduo.

Variação sociolinguística na fronteira entre Brasil e Paraguai

De acordo com FERRARO (2011), considera-se a fronteira como um espaço de constantes trocas culturais. Costumes de identidade paraguaia foram assimilados na

identidade sul-mato-grossense, como o *tereré*, a culinária, as *polcas* e *guaranias*, entre outros. Por sua vez, a cultura brasileira também foi assimilada pela população fronteiriça do vizinho país, sendo que com maior intensidade: paraguaios falam o português, assistem aos canais brasileiros, ao futebol, e acompanham as notícias e as músicas do Brasil.

De forma geral, ao se analisar essa fronteira, nota-se que os contatos sociais, políticos e culturais vão criando condições para que, pouco a pouco, haja melhor comunicação. Nota-se que, nos eventos corriqueiros, nos contatos diários, os fronteiriços circulam e conversam de uma forma normal, e cada sujeito fala sua língua, mantendo certo grau de compreensão, mas conseguem se entender. Assim, diz-se que essa comunicação acontece independentemente do nível de domínio do código linguístico que cada um tem da língua do outro, já que os sujeitos são capazes de se fazer entender plenamente nesse espaço de circulação das duas línguas.

Desse modo, pode-se dizer que os falantes de uma língua estão em constante aprendizado, conceituando e atribuindo significados às novas palavras, que surgem para inteirar espaço em branco de seu sistema léxico gramatical, conforme ALBERTI, 2005 (*apud* MACIEL).

De acordo com PESSOA (2010):

A dimensão de variação linguística que é tratada em termos de escala língua-dialeto-idioleto foi introduzida antes em relação à ficção da homogeneidade. A diferença entre os termos sotaque e dialeto é que o sotaque é restrito à variedade de pronúncia, enquanto dialeto inclui também diferenças de gramática e de vocabulário. No uso do dia a dia são confundidos com frequência

e têm sido marcas para discriminação em vários níveis. A questão é que certas diferenças fonéticas entre sotaques podem ser estigmatizadas pela sociedade, da mesma forma como certas diferenças lexicais e gramaticais entre dialetos o são.

Nota-se que muitas são as situações que levam um indivíduo a ter contato com duas ou mais línguas, e a usá-las em circunstâncias diversas. Comunidades de imigrantes ou indígenas que existem nessa região podem constituir comunidades bilíngues, reforçando a ideia de que o bilinguismo existe no Brasil. Considere-se que não há aqui intenção de analisar toda a complexidade linguística dessa região de fronteira, mas refletir sobre os contatos linguístico-sociais e as formas de integração entre brasileiros e paraguaios, a partir dos principais idiomas fronteiriços: o espanhol, o português e o guarani.

Em seu trabalho, LAFIN (2011) comenta:

[...] o contato entre elementos fronteiriços provoca a variação linguística; esta, por sua vez, costuma ser uma etapa prévia à mudança linguística, cuja definição expressa o seguinte fato: quando uma das variantes de uma determinada variável sobrepõe-se e passa a ser a única utilizada, já não se tem mais uma variável, mas sim uma mudança. É, portanto, um processo um tanto quanto mais estável que a variação, sendo este precedente àquele. Resumindo, nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação.

Ainda segundo ALVES, 2004 (*apud* MACIEL), a neologia na língua portuguesa vem recebendo influências de unidades le-

xicais de outros sistemas linguísticos, como Tupi, Guarani e Espanhol, que é a realidade da região de fronteira em questão. Os empréstimos linguísticos se dão por meio do contato mais próximo entre a comunidade de fala portuguesa e outros povos, situação nitidamente observada na região de fronteira seca entre as cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Podemos ver, como exemplo, o trabalho de REIS, que menciona:

A título de exemplo, na análise do vocabulário pontaporanense, documentou-se a forte influência do guarani, como língua nativa usual na fronteira, que suplantou o uso do espanhol, língua transplantada; o entrelaçamento do português com os idiomas da fronteira gerou grande incidência de termos híbridos de base portuguesa, guarani e espanhola, como “*diahadiabancea*” (brinquedos – “*balanço*” / em guarani / espanhol) ou variações nos três idiomas como “*queimada / jehapu / pelota*” (brinquedos – português / guarani / espanhol), “*tipo de galinha – angola / guinea / tokái*” (fauna – português / espanhol / guarani), “*estrela d’alva / lucero / lucero d’alva*” – (fenômenos atmosféricos – português / espanhol / espanhol-português), além de termos regionais e arcaísmos como “*bananas grudadas-gêmeas / melizzo / ikoe / kôi*” (flora – português / espanhol / guarani). Esses e outros exemplos denotam o entrelaçamento dos idiomas da fronteira que dão fisionomia própria a esse reduto e o fazem diferente, em termos linguísticos e culturais, das demais regiões sul-mato-grossenses e brasileiras que não estão situadas em regiões de fronteira.

De acordo com FERRARO (2011), com o objetivo de reduzir as diferenças educacionais e culturais, foi criado o Pro-

grama Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF), que consiste em uma troca semanal de professores, chamada de *cruce*. São combinados dias da semana em que um professor paraguaio vai ao colégio brasileiro dar aula em espanhol e guarani, em contrapartida, um professor brasileiro vai ao colégio paraguaio dar aula em português. Desde 2009, dois colégios participam do programa: o João Calvoso (Ponta Porã) e o Defensores Del Chaco (Pedro Juan Caballero).

Em um estudo, CARVALHO (2010), complementa:

Uma análise que considera a heterogeneidade como parte integral da economia linguística local revela que nem uma nova língua é formada, nem as línguas são totalmente separadas, fenômeno que seria improvável, em se tratando de coexistência prolongada. Nessas comunidades, encontramos, por um lado, a preservação das fronteiras que separam as línguas como um aspecto essencial na organização social que condiciona a escolha de línguas e a alternância de códigos; por outro, uma complexa realidade híbrida, desafiando a noção do bilíngue ideal, que deve ser capaz de patrulhar as fronteiras linguísticas.

Assumir que a língua é mutável e que está atrelada aos aspectos sociais, políticos, culturais e ideológicos que a envolvem é reconhecer que os estudos e trabalhos científicos, partindo de uma determinada questão observada em nossa realidade, visam ao esclarecimento de tais fatos ou fenômenos. A língua varia de indivíduo para indivíduo (*idioleto*), mas também entre classes sociais, idade, nacionalidade, além de variar tanto na sua forma escrita, quanto falada.

Discussão

Com o estudo desenvolvido neste trabalho, através da bibliografia pesquisada, com as entrevistas realizadas com os militares selecionados, com a audição das rádios comerciais existentes na fronteira, foi ratificada a grande variação sociolinguística existente na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, nas proximidades de Ponta Porã.

Pode-se verificar o quanto é difícil para um militar de Comunicações, possuidor do Curso Básico de Guerra Eletrônica, trabalhar em um ambiente de fronteira. Com os relatos das entrevistas, percebe-se que é possível o militar entender o conteúdo das emissões em espanhol adquiridas nos trabalhos de GE, mas isso não é imediato. Se o militar não tiver nenhuma noção de espanhol, vai demorar meses até que se acostume com a língua e possa compreender o conteúdo.

A compreensão de uma parte do espanhol falado na região é facilitada, além da utilização dos recursos técnicos de tratamento dos áudios, pela variação sociolinguística existente na cidade de Ponta Porã. Os “brasiguaios” (nome dado aos indivíduos brasileiros ou paraguaios que nascem nessa fronteira), que falam o espanhol, têm como grande influência a proximidade da língua portuguesa, fazendo com que a língua espanhola falada tenha sotaque aproximado ao português, sendo de melhor compreensão do que um indivíduo falando o espanhol da Espanha. Isso foi verificado na audição das rádios comerciais da região.

Com os estudos bibliográficos realizados, fica nítida também a questão social, na variação sociolinguística da região. Quanto menos estudo ou grau de instrução tem a pes-

soa, pior fica a compreensão daquilo que ela quer dizer, ou seja, ela fala mais errado, com mais vícios, que uma pessoa com mais instrução. Isso fica mais nítido quando se menciona a região rural da fronteira, ou mesmo a parte mais do interior, longe dos centros urbanos.

Outro fator que influencia na variação sociolinguística é a questão política. Não quer dizer que o Brasil tenha autoridade no território paraguaio, mas como Ponta Porã é uma cidade mais desenvolvida que Pedro Juan Caballero, tem mais recursos, oferece melhores salários, moeda mais forte, tudo isso faz com que os paraguaios aprendam a falar o português e os brasileiros não deem tanta importância ao aprendizado do espanhol, se conformando, às vezes, com o “portunhol”. O comum é que os paraguaios falem entre si através do guarani ou espanhol, e os brasileiros se comuniquem pelo português, mas que todos se entendam pelas variações nos idiomas.

Também foi verificada a presença de outros idiomas, além do espanhol, guarani e português, como o árabe, justificado pela proximidade de uma comunidade árabe nessa região de fronteira. Há outros idiomas captados, como o chinês, indiano, japonês, mas esses podem ter sido frutos das características técnicas das emissões em HF que atingem distâncias continentais.

Outro fator importante citado foi a necessidade de se possuir um glossário ou banco de dados com termos, palavras, expressões e gírias referentes à região. É normal o uso de gírias para fazer alusão a palavras com outro significado, como, por exemplo, *aceite* (azeite, em português), que faz menção a drogas e não ao azeite propriamente dito.

Conclusão

O artigo buscou demonstrar a variação sociolinguística existente na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, na região de Ponta Porã-MS. Foi possível demonstrar a importância desse estudo para o melhor aproveitamento das atividades de Guerra Eletrônica na região e, com isso, ajudar ao operador e ao analista de Guerra Eletrônica a aperfeiçoar seus trabalhos nessa região.

A variação sociolinguística existe em todo o Brasil, graças ao tamanho do seu território, à sua grande variação social e cultural, mas fica mais evidenciada na região de fronteira. Com o estudo da fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, fica evidente que, além de todos os fatores e variantes já citados, soma-se a isso a influência de outro povo, de outro país, onde praticamente não há fronteiras físicas separando as duas nações em questão. A variação sociolinguística torna-se ainda maior e mais enaltecida.

Foi verificado que há também a variação do espanhol com a língua guarani, muito falada no Paraguai. Quando existe mais a proximidade do espanhol com o guarani, fica muito difícil o entendimento. Existem situações em que há a mistura das línguas espanhola com a guarani, em que se usam termos ou expressões mescladas. Nessa situação, fica praticamente impossível entender o conteúdo das mensagens sem a ajuda de um intérprete, que seria um nativo que domina as três línguas: espanhol, guarani e português. Como sugestão para próximos estudos, poder-se-ia verificar a viabilidade de usar um intérprete, militar ou não, em uma atividade que envolve segurança e sigilo.

Com as entrevistas realizadas, pode-se verificar a importância do domínio da língua espanhola pelo militar que for trabalhar com GE no SISFRON nessa parte da fronteira. Aprender o guarani seria um tanto quanto inviável, pois demoraria muito tempo, visto ser uma língua de origem indígena e não ter relação com o espanhol ou mesmo com o português. Nesse caso, seria interessante dispor de um intérprete de confiança para o trabalho de compreensão das emissões, ou então existirem mili-

tares habilitados em espanhol, que consigam compreender o que se está falando nas emissões.

Com os estudos bibliográficos, com as audições das rádios comerciais e principalmente com as entrevistas realizadas com militares que trabalharam na região e sentiram *in loco* os problemas de se ter uma grande variação sociolinguística, fica demonstrada a importância do tema para a Guerra Eletrônica e o desenvolvimento dos seus trabalhos na região de fronteira. **[REB]**

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Campanha. Emprego da Guerra Eletrônica (C 34-1). Brasília, DF.

_____. Departamento de Ciência e Tecnologia. Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica. Centro de Monitoramento de Fronteiras. Coletânea de extratos de documentos sobre o SISFRON de junho de 2013.

CARVALHO, Ana Maria. Contribuições da sociolinguística ao ensino do português em comunidades bilíngues do norte do Uruguai. Campinas, 2010.

CORRÊA, Lúcia Salsa. História e Fronteira, O Sul de Mato Grosso 1870-1920. Campo Grande: Editora UCDB, 1999.

ESPIGA, Jorge Walter da Rocha. Influência do Espanhol na Variação da Lateral Pós-Vocálica do Português na Fronteira. Pelotas, 1997.

EPEX. SISFRON. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/sisfron.html>> Acesso em: 03/03/17

FIEP. O Projeto SISFRON: Sua Justificativa, sua concepção, suas oportunidades e os benefícios esperados. Apresentação no Fórum FIEP à Indústria de Defesa no Estado do Paraná. 21 de julho de 2014.

GHETTI, Isabella Benini Lolli. Barreiras urbanas em cidades de fronteira: análise das cidades gêmeas Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. Campinas, 2006.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FERRARO, Vicente Giaccaglini Júnior. A integração na fronteira seca: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). UFMS, Corumbá, 2011.

LAFIN, Gabrielle Carvalho. O contato linguístico português-espanhol na fronteira entre Brasil e Uruguai: estado da pesquisa e perspectivas futuras. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MACIEL, Raquel Pereira. Neologia Lexical: Estudo dos sufixos verbais – AR e – IZAR na formação de novos léxicos do campo semântico da alimentação no português falado em Ponta Porã/Brasil – Pedro Juan Caballero/Paraguai. PG/UFMS.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2009.

NETO E MORELLO, Helena Iracy Cerquiz Santos e Rosângela, Circulação de línguas na região de fronteira: o radiojornalismo nas cidades de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai), 2011.

OLIVEIRA, Márcio Gimene de. A formação das cidades-gêmeas Ponta Porã-Pedro Juan Caballero. Foz do Iguaçu, 2011.

OTA, Daniela Cristiane. A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro. Universidade de São Paulo, 2006.

OTERO, Maria Mercedes. Pesquisa Qualitativa e Quantitativa. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

PEREIRA, J. H. V. Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação – USP, 2002.

PESSOA, Maria do Socorro. Sociolinguística aplicada ao ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa. UNIR, Rondônia, 2010.

REIS, Regiane Coelho Pereira. Atlas Linguístico do município de Ponta Porá-MS: Marcas Culturais e Linguísticas na fronteira do Brasil com o Paraguai. UFMS.

TORRECILHA, Maria Lúcia. A Fronteira, as Cidades e a Linha. 1º edição. Campo Grande: Uniderp, 2004.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Contribuição do Exército Brasileiro na produção de soros antivenenos

Elaine Cristina de Freitas Oliveira*

Introdução

Os acidentes com animais peçonhenos, em especial os causados por serpentes, constituem um problema de saúde pública, sobretudo nos países das regiões tropicais e subtropicais, quer pela quantidade ou gravidade de muitos deles (QUEIROZ, 2005).

A utilização de soroterapia para o tratamento de acidentes por animais peçonhentos data das últimas décadas do século XIX, e a produção de soros antitoxinas animais ainda é baseada nos métodos originalmente descritos por Vital Brazil. A soroterapia foi, desde então, introduzida como tratamento para acidentes ofídicos no Brasil (CARDOSO et al., 2003).

O Exército Brasileiro participa da produção nacional de soros antivenenos através do Instituto de Biologia do Exército (IBEx), que produz plasma hiperimune, fonte de imunoglobulinas antivenenos que se utilizam na produção de soros específicos para acidentes ofídicos, aracnídicos e escorpiônicos.

O objetivo deste artigo é descrever a produção de plasma hiperimune equino pelo

IBEx e a contribuição do Exército Brasileiro na produção de soros antivenenos.

Epidemiologia

Acidente por animal peçonhento é o envenenamento causado pela inoculação de toxinas, através de aparelho inoculador (presas de serpentes, ferrão de escorpiões e quelíceras de aranhas), podendo determinar alterações locais (na região da picada) e sistêmicas.

No Brasil, quatro tipos de acidente ofídico são considerados de interesse em saúde: botrópico, crotálico, laquético e elapídico. Acidentes por serpentes não peçonhentas são relativamente frequentes, porém não determinam acidentes graves, na maioria dos casos; por isso, são considerados de menor importância médica (BRASIL, 2009).

Os acidentes escorpiônicos são importantes em virtude da grande frequência com que ocorrem e da sua potencial gravidade, principalmente em crianças picadas pelo *Tityus serrulatus*. Os escorpiões de importância

* Cap QCO (Veterinária; EsSEx/08, EsAO/16), bacharel em Medicina Veterinária (UFRRJ/02), especialista em Vigilância Sanitária (Fiocruz/13).

médica no Brasil pertencem ao gênero *Tityus*, que é o mais rico em espécies, representando cerca de 60% da fauna escorpiônica neotropical (BRASIL, 2001).

Somente três gêneros de aranhas são considerados de importância médica: *Phonectria*, *Loxosceles* e *Latrodectus*. Os acidentes causados por *Lycosa* (aranha-de-gramo), bastante frequentes, e pelas caranguejeiras, muito temidas, são desígnios de maior importância (BRASIL, 2001).

Foram notificados (até 21/12/2015) ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), entre os anos de 2011 e 2015, 716.946 acidentes por animais peçonhentos, sendo 135.146 por aranhas, 367.052 por escorpiões e 139.741 por serpentes (**Quadro 1**).

Animal/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Aranhas	26.493	25.267	29.958	27.130	26.298	135.146
Escorpiões	60.142	64.162	79.713	88.437	74.598	367.052
Serpentes	31.145	28.392	28.458	27.279	24.467	139.741
Outros	13.567	14.101	14.607	17.754	14.978	75.007
Total	131.347	131.922	152.736	160.600	140.341	716.946

Quadro 1 – Casos de acidentes por animais peçonhentos, Brasil 2011-2015

Fonte: SINAN/SVS/MS, 2016

Dos 716.946 casos notificados, houve registro de 1.316 óbitos, com taxa de letalidade geral para o Brasil de 0,18%. O maior índice foi observado nos acidentes por serpentes, em que, em 139.741 acidentes, ocorreram 604 óbitos (0,43%), conforme especificado na **Tabela 1**.

Gênero	Nº de casos	Nº de óbitos	Letalidade (%)
Aranhas	135.146	81	0,06
Escorpiões	367.052	459	0,13
Serpentes	139.741	604	0,43
Outros	75.007	172	0,23
Brasil	716.946	1.316	0,18

Tabela 1 – Letalidade dos acidentes por animais peçonhentos por gênero, Brasil, 2011-2015

Fonte: SINAN/SVS/MS, 2016

Histórico da produção de soro antiveneno

No final do século XIX, Von Behring (1854-1917) e Kitasato (1853-1931) relataram as propriedades antitóxicas do soro de animais imunizados contra a toxina diftérica e tetânica e sugeriram a utilização de antissoros para o tratamento dessas doenças. Em 1894, ficou comprovado o sucesso da “terapia do soro”. No mesmo ano, Phisalix (1852-1906), Bertrand (1867-1962) e Calmette (1863-1933) apresentaram suas observações sobre as propriedades antitóxicas do soro de coelhos e de cobaias imunizadas contra o veneno de cobras e víboras. Albert Calmette envolveu-se ativamente em provar a eficácia da soroterapia antiveneno no tratamento de humanos, o que foi conseguido em 1896. Historicamente, os pioneiros Calmette, Vital Brazil (1865-1950) e outros utilizaram soro separado do sangue de cavalos hiperimunizados para a preparação de soro antiofídico e soroterapia (WHO, 2010).

No início do século XX, a especificidade dos soros antiofídicos já estava sendo reconhecida mundialmente, graças aos esforços de Vital Brazil. A saúde pública bra-

sileira contava com várias instituições que se estruturavam e eram fundamentais para as ações de imunizações (BUSS et al, 2005).

Porém, até 1985 o soro antiofídico para uso humano não fazia parte do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, embora o Brasil tivesse muitos casos de acidentes ofídicos. Durante a década de 1970, essa situação foi agravada pela falta generalizada de soros antiofídicos, fato que foi relatado pela mídia escrita entre 1978 e 1985, com consequentes mortes (QUEIROZ, 2005).

Essa crise foi desencadeada pela saída do laboratório privado Syntex do Brasil, em 1983, que fabricava 300 mil ampolas anuais, por falhas no processo produtivo. Os laboratórios oficiais — Instituto Butantan (SP), Instituto Vital Brazil (RJ) e Fundação Ezequiel Dias (MG) — passaram a ser responsáveis pela produção do soro antiofídico (QUEIROZ, 2005).

Em 1984, foi constatada a qualidade inadequada dos soros nacionais, motivada principalmente pela precariedade dos laboratórios produtores (CARDOSO et al, 2003).

Esses fatos levaram o Ministério da Saúde a implantar, em junho de 1986, o Programa Nacional de Ofidismo (QUEIROZ, 2005). Foi criado, também, o Programa Nacional de Autossuficiência em Imunobiológicos (soros e vacinas), para investir na construção de novos laboratórios conforme as exigências das normas de boas práticas de fabricação e biossegurança (CARDOSO et al, 2003).

Atualmente, os soros produzidos para uso humano são fabricados em qua-

tro centros de pesquisas: Instituto Butantan (SP), Fundação Ezequiel Dias (MG), Instituto Vital Brazil (RJ) e Centro de Produção e Pesquisa em Imunobiológicos (PR). A produção desses soros é comprada pelo Ministério da Saúde e enviada às Secretarias Estaduais para ser distribuída nos polos de aplicação de soro (QUEIROZ, 2005).

A produção de soros antiofídicos ainda é baseada nos métodos originalmente descritos. Animais de grande porte são imunizados com venenos de uma ou mais espécies de animais peçonhentos de importância médica. O soro desses animais contém os anticorpos com capacidade de neutralizar as toxinas dos venenos. Para que um soro seja eficiente na neutralização dos efeitos tóxicos de um veneno animal, é necessário que ele contenha anticorpos dirigidos contra as principais toxinas responsáveis por sua ação sistêmica e local. Dessa forma, a escolha dos抗ígenos utilizados na imunização dos animais é um fator primordial para a obtenção dos produtos ativos (CARDOSO et al, 2003).

O soro antiveneno é uma solução de imunoglobulinas específicas purificadas, obtidas a partir de plasma de equídeos hiperimunizados, contra o veneno da espécie a que se refere (BRASIL, 1996).

A purificação do soro é feita a partir do plasma hiperimune por diversos processos químicos e físicos. Uma amostra do lote de soro é enviada ao laboratório de referência nacional para controle da qualidade, que, após a realização dos mesmos tipos de testes de controle, emite o laudo final do produto para consumo.

A produção de plasma hiperimune equino no IBEx

O Instituto de Biologia do Exército é originário do Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia, criado através do Decreto nº 1915, de 19 de dezembro de 1894. Uma das suas finalidades era ser um estabelecimento destinado a pesquisas sobre a origem, natureza, patogenia, tratamento e profilaxia das moléstias endêmicas, epidêmicas, infectocontagiosas, observadas no país e especialmente nos meios militares. A partir de 1924, o Laboratório teve intensa atividade na fabricação de soros e vacinas e, em 12 de abril de 1943, recebeu a denominação atual de Instituto de Biologia do Exército (BRASIL, 2016).

O IBEx faz parte do Programa de Autossuficiência em Imunobiológicos do Ministério da Saúde. Em convênio firmado inicialmente com o Instituto Vital Brazil (IVB) no

ano de 1993, com a Fundação Nacional de Saúde, foi viabilizada, com recursos do Ministério da Saúde, a construção da Fazenda Modelo Gericinó para acomodação da tropa de equinos e a construção do biotério e do serpentário localizados no IBEx. A parceria com o IVB durou até 1998, quando então foi iniciado o atual convênio com o Instituto Butantan (IB). Cabe à Divisão Veterinária essa importante missão, sendo de sua responsabilidade a produção de plasma hiperimune equino (PHE), matéria-prima dos soros antiofídicos, que é fornecido ao Instituto Butantan (OLIVEIRA, 2013).

No IBEx, são produzidos plasmas hiperimunes equinos dos seguintes tipos: antibiotrópico, anticrotálico e antiaracnídico/escorpiônico; por isso, os equinos do IBEx são divididos em tropas de produção, de acordo com o antígeno a ser inoculado. São realizados quatro ciclos de produção por ano, e é feito um manejo sanitário, que inclui exames

periódicos, vacinações e vermifugações, de forma a garantir a qualidade do PHE produzido, assim como a saúde dos equinos submetidos a sangrias.

O antígeno é recebido do Instituto Butantan e preparado no dia de cada inoculação. O antígeno para o gênero *Bothrops* deve incluir veneno de *B. jararaca*, *B. moojeni*, *B. jararacussu*, *B. alternatus* e *B. neuwiedi*. O antígeno para o gênero *Crotalus* deve ser *Crota-*



Figura 1– Instalações da Fazenda Modelo Gericinó/IBEx para acomodação da tropa de equinos

Fonte: arquivo do IBEx

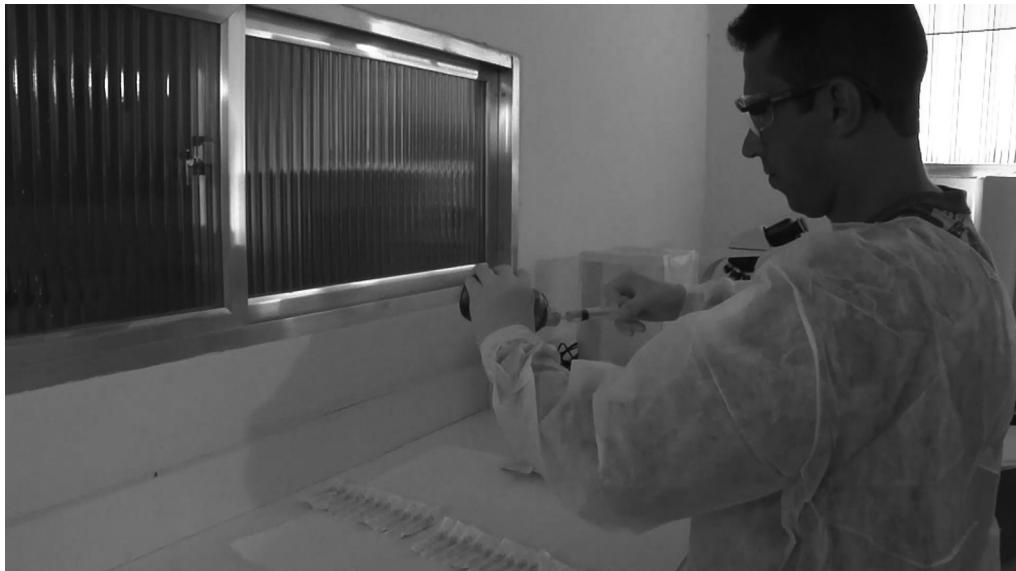


Figura 2 – Preparo do antígeno pelo auxiliar da Seção de Inoculação e Sangria/IBEx
Fonte: arquivo do IBEx

Ius durissus, crotamina positivo. Os antígenos para o plasma antiaracnídico/escorpiônico devem incluir veneno de *Loxosceles gaucho*, *Tityus serrulatus* e *Phoneutria*.

Os animais que forem considerados aptos, após o exame clínico e resultado do hematócrito, são pesados e inoculados com o antígeno específico. A aplicação do antígeno



Figura 3 – Inoculação do antígeno na região dorsal do equino
Fonte: arquivo do IBEx

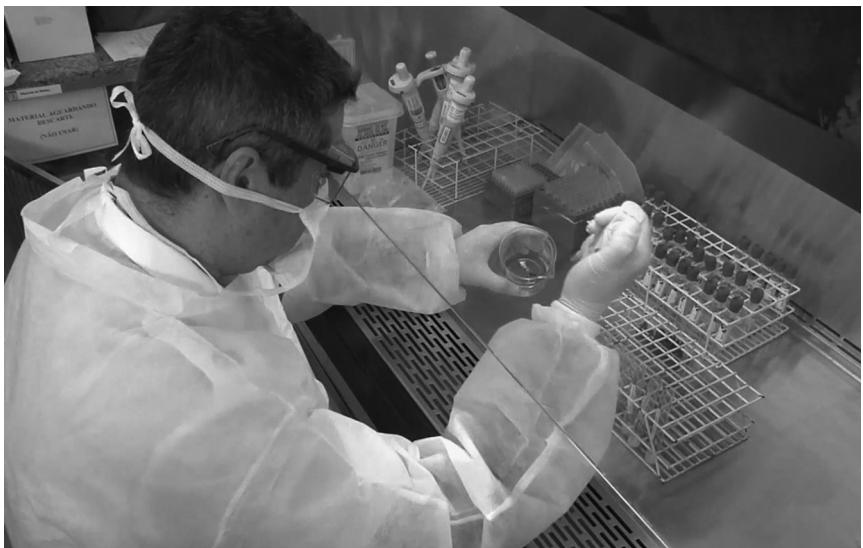


Figura 4 – Realização do teste de potência do plasma hiperimune equino
Fonte: arquivo do IBEx

é realizada através de duas ou três inoculações, em dois a quatro pontos do dorso do animal pela via subcutânea. No local de aplicação, são feitas previamente tricotomia e antisepsia.

É realizada uma sangria exploratória para verificar a resposta de anticorpos no soro dos animais produtores. Se a titulação de anticorpos do soro sanguíneo foi encontrada ideal, isto é, foi atingida a potência mínima, são feitas as sangrias de produção.

Antes das sangrias de produção, são realizados exame clínico, hemató crito e pesagem dos animais. Todas as sangrias são reali-

zadas por punção da veia jugular, precedidas de tricotomia, antisepsia e garroteamento da calha da jugular.

A colheita do sangue é realizada em bolsa dupla identificada em circuito fechado; promove-se a colheita direto para seu interior, livre de contaminação; são coletados seis litros de sangue de cada ani-

Dia	Procedimento
1º	1ª inoculação
9º-12º	2ª inoculação
17º	3ª inoculação (aracnídico)
22º-25º	sangria exploratória
24º-25º	1ª sangria de produção
27º-29º	2ª sangria de produção e plasmaférese
29º-31º	3ª sangria de produção e plasmaférese
33º	4ª sangria de produção e plasmaférese (aracnídico)

Quadro 2 – Protocolo de Produção de Plasma Hiperimune Equino

Fonte: elaborado pelo autor, 2016

mal. A bolsa é lacrada com seladora e armazena pendurada em cabides na câmara fria. As bolsas permanecem no interior da câmara fria por 48 horas a fim de promover uma boa decantação das hemácias a uma temperatura entre 4°C e 8°C. Após esse tempo, as bolsas são colocadas no extrator de plasma para que o mesmo seja transferido para a bolsa definitiva. A bolsa



Figura 5 – Separação do plasma

Fonte: arquivo do IBEx

é colocada novamente na câmara fria, onde é adequadamente acondicionada e permanece até seu recolhimento pelo Instituto Butantan.

Os elementos figurados do plasma são ressuspensos em dois litros de solução de clo-

reto de sódio 0,9% e reinfundidos no equino do qual foram coletados. Isso permite devolver as hemácias ao cavalo, em processo denominado plasmaférese, o qual possibilita uma recuperação mais rápida do animal.



Figura 6 – Plasmaférese feita após a sangria

Fonte: arquivo do IBEx

Discussão

Envenenamentos e mortes causados por acidentes ofídicos são um problema de saúde pública particularmente importante em áreas tropicais. Trabalhadores agrícolas e crianças são os grupos mais afetados. A avaliação epidemiológica da verdadeira incidência de mortalidade e morbidade de acidentes ofídicos tem sido dificultada por subnotificações. Acidente ofídico é considerado uma doença tropical negligenciada (WHO, 2010).

O soro antiveneno é um passo fundamental no tratamento adequado dos pacientes picados por animais peçonhentos, sendo a principal terapia para esse tipo de acidente (BRASIL, 2001).

A complexidade da produção de antivenenos, seja na produção de plasma hiperimune, com a imunização de grandes animais, principalmente equinos, ou na sua produção industrial, tem causado um decréscimo no número de instituições produtoras no mundo. Aliado a isto, as regiões mais afetadas por acidentes com animais peçonhentos, principalmente serpentes, inclui países em desenvolvimento, o que faz com que os sistemas de produção desses países sejam precários e não atendam às normas de qualidade e segurança estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2010).

É, portanto, uma necessidade do país tornar-se autossuficiente pelo estímulo à produção em estabelecimentos públicos, como existente na parceria Exército Brasileiro/IBEx e o Instituto Butantan.

Conclusão

O IBEx produz plasma hiperimune equino de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação e Biossegurança e com a potência do plasma dentro do padrão estabelecido pela legislação, o que garante sua qualidade.

Dessa forma, contribui com a fabricação de soros antivenenos seguros e eficazes, além de participar ativamente do esforço de autossuficiência na produção desse imunobiológico, cuja demanda é crescente.

É o Exército Brasileiro cumprindo papel de destaque no desenvolvimento do país, reforçando o seu lema de “Braço Forte, Mão Amiga”.

Glossário

Acidente botrópico: é aquele causado por serpentes do gênero *Bothrops* (popularmente conhecida por jararaca);

Acidente crotálico: é aquele causado por serpentes do gênero *Crotalus* (popularmente conhecida por cascavel);

Acidente elápido: é aquele causado por serpentes do gênero *Micruurus* (popularmente conhecida por coral);

Acidente laquético: é aquele causado por serpentes do gênero *Lachesis* (popularmente conhecida por surucucu);

PHE antibotrópico: matéria-prima do soro antibotrópico, que é utilizado para o tratamento de acidentes botrópicos;

PHE anticrotálico: matéria-prima do soro anticrotálico, que é utilizado para o tratamento de acidentes crotálicos. 

Referências

- BRASIL. Exército Brasileiro. Instituto de Biologia do Exército. **Divisão Veterinária e Histórico**. Disponível em:<www.ibex.eb.mil.br/index.php>. Acesso em: 25 MAR 16.
- _____. Fundação Nacional da Saúde, Ministério da Saúde. **Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos**. Brasília:
Fundação Nacional de Saúde, 2001.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 174, de 11 de novembro de 1996. Aprova as Normas de Produção e Controle de Qualidade dos Soros Antiofídicos, Antitóxicos e Anti-Rábico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 1996. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs1/1996/prt0174_11_11_1996.html>. Acesso em: 24 mar. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações 30 anos**. Brasília, 2003.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Acidentes por animais peçonhentos. **Guia de Vigilância Epidemiológica**, Brasília, caderno 14, p. 1-24, 2009. Disponível em:<<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/>> Acesso em: 25 MAR 16.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informação de Agravo de Notificação. **Acidentes por animais peçonhentos**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/1016-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/animais-peconhentos/>>. Acesso em: 25 MAR 16.
- BUSS, P. M. et al (Org.). **Vacinas, soros e imunizações no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.
- CARDOSO, J. L. C. et al. **Animais peçonhentos no Brasil: biologia, clínica e terapêutica dos acidentes**. São Paulo: Sarvier, 2003.
- OLIVEIRA, E. C. F. **Controle da qualidade do plasma hiperimune equino antibotrópico produzido no Instituto de Biologia do Exército**. 2013. 46 f. Dissertação (Especialização em Vigilância Sanitária) – Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14191>. Acesso em: 24 MAR 16.
- QUEIROZ, W. J. **O processo produtivo do soro antiofídico: da crise à superação?** 2005. 46 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) – Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2005.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines for the production control and regulation of snake antivenom immunoglobulins**. Suíça, 2010. Disponível em: <www.who.int/bloodproducts/snakeantivenoms> Acesso em: 24 MAR 16.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A nova formação do sargento de carreira combatente

Marcelo de Freitas Ferreira¹

João Paulo de Carvalho Corrêa²

Matheus Barbosa³

Kátia Aparecida de Lima Prado⁴

Introdução

A Escola de Sargentos das Armas (ESA) é um estabelecimento de ensino subordinado à Diretoria de Educação Técnica Militar (DETMil), destinado à formação do sargento de carreira combatente do Exército Brasileiro (EB), nas armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. Após a conclusão do curso, os sargentos combatentes exercem a nobre função de comandante e líder das pequenas frações nas diversas organizações militares do Exército existentes em todo território nacional.

Ao longo dos 70 anos de criação da ESA, fruto da necessidade de modernizar seu sistema de ensino, foram implementadas modificações com o objetivo de melhorar e adequar a sistemática de formação do sargento

de carreira, aos crescentes desafios da defesa da Pátria com relação às exigências tecnológicas, doutrinárias e psicossociais do combatente moderno.

A última modificação ocorreu em julho de 2006, amparada na portaria Nr 44-A/ Cmt Ex, de 3 de fevereiro de 2005, complementada pela portaria Nr 139-EME, de 17 de novembro de 2005, a qual define as diretrizes para a formação do sargento de carreira, coerente com as metas estabelecidas pelo comandante da Força Terrestre.

Em dezembro de 2015, foi aprovado pelo Estado-Maior do Exército (EME) o Projeto de Formação do Sargento de Carreira, contido no Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA), em consonância com o Ensino por Competências, implantado no sistema de Educação e Cultura do EB.

1 Cel R1 Inf (AMAN/84, EsAO/93), pós-graduado (*lato sensu*) em Supervisão Escolar (UFRJ/99), pós-graduado (*lato sensu*) em Gestão Escolar (SENAC/11). Atualmente, serve na ESA, como assessor de Planejamento e Gestão.

2 Maj QMB (AMAN/97, EsAO/06), pós-graduado (*lato sensu*) em História Militar (UNIRIO/04). Atualmente, serve na SGEx, como chefe da 6ª Seção.

3 Maj Art (AMAN/02, EsAO/11), pós-graduado (*lato sensu*) em Comunicação Social (CEP/FDC/14). Atualmente, serve na ESA, como chefe da Seção de Comunicação Social.

4 2º Ten OTT Dir (1ª RM, Fev/08), graduada em Direito (FADIVA/95). Atualmente, serve na ESA, como Adj da Seção de Comunicação Social.



Figura 1 – Portão Histórico da Escola
Fonte: Seção de Cinefotografia da ESA

Desenvolvimento

Na atual sistemática de formação do sargento de carreira, após ser aprovado em concurso público com exigência de ensino médio completo para ingressar no Curso de Formação de Sargentos (CFS), o candidato apresenta-se em uma organização militar de corpo de tropa (OMCT) com encargos de CFS, onde realiza, na subunidade escolar preparada para esse fim, a primeira fase (período básico) do curso, com duração de 34 semanas de instrução. Embora a OMCT tenha passado a ter os encargos de CFS, manteve as características de unidade militar, com missões operacionais, permitindo o alinhamento do curso com a premissa de proporcionar a desejável vivência da tropa ao discente.

A tarefa de conduzir esse período básico dos futuros sargentos combatentes de carreira cabe a 12 organizações militares, distribuídas de norte a sul do território nacional.

Essas OMCT são vinculadas à ESA para fim de orientação técnico-pedagógica, essencial ao processo de aprendizagem.

Após a conclusão do período básico, os alunos realizam a escolha de sua qualificação militar de sargento (QMS) e seguem destino para os estabelecimentos de ensino encarregados de conduzir o período de qualificação.

O Período de Qualificação do CFS da área combatente é realizado na ESA, onde são formadas as QMS de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, com duração de 10 meses.

O Período Básico foi ampliado de 13 para 34 semanas de instrução.

Esse aumento na carga horária permitiu ao CFS auferir ganhos qualitativos importantes, destacando-se: a melhor preparação para iniciar a qualificação militar; o reforço do condicionamento físico e o aprimoramento dos reflexos exigidos na execução de técnicas e táticas individuais de combate.

É evidenciada, pelos alunos concludentes dessa sistemática, a assimilação de características altamente positivas, entre elas, a facilidade em assumir responsabilidades perante o grupo; a autoconfiança nas funções de comando, chefia e liderança; o hábito da preparação prévia para as instruções e atividades militares e o expressivo aumento da iniciativa, de direção e equilíbrio emocional. Esses ganhos são resultantes de um período básico maior e mais ajustado aos objetivos traçados para a formação do sargento de carreira.

No período de qualificação dos cursos vigentes na Escola — Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações —, houve um incremento de 13 semanas, proporcionando: a inserção de novas disciplinas (Informática, História Militar, Excelência Gerencial, Operações de Paz, entre outras); ampliação das oportunidades de desenvolvi-

mento dos atributos da área afetiva; adequação da atividade de treinamento físico militar (TFM), resultando em expressivo avanço nos índices de condicionamento físico, mediante a adoção de um padrão de desenvolvimento físico específico para o período; disseminação da instrução de equitação para todos os discentes; efetiva aplicação do Plano de Desenvolvimento de Liderança Militar (PDLM); criação da Seção de Instrução Especial; e a realização do Estágio de Preparação no Corpo de Tropa, em que os alunos, já no final do curso, passam duas semanas em organização militar, desempenhando função de sargento não aperfeiçoado.

Nova diretriz

A diretriz para o Projeto Formação dos Sargentos de Carreira do Exército Brasileiro, descrita na Portaria nº 340-EME, de 17 de dezembro de 2015, tem como objetivos: aperfeiçoar a formação do sargento de carreira do Exército; implantar uma nova sistemática para os cursos de formação dos sargentos

(CFS) de carreira do Exército; e adequar a formação do sargento de carreira ao contido na Diretriz de Pessoal do Exército Brasileiro 2016-2022.

O Projeto encontra-se alinhado com a Estratégia 12.1 – *Atualização do Sistema de Educação e Cultura* e engloba o DECEEx, a Diretoria de Educação Técnica Militar (DETMil), as OMCT, que conduzem o período básico do CFS, a ESA, a Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e o Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

Dentre as premissas do Projeto, cabe destacar como fundamentais:

- O curso passará para o nível de ensino superior de graduação, como Superior de Tecnologia em Ciências Militares, conforme já está incluído nos eixos Tecnológico Militar e Civil do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST). Para viabilizar o ensino de nível superior para sargentos haverá a necessidade de elaboração de proposta de alteração do art. 6º,

inciso II do Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, regulamento da Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999 (Lei do Ensino no Exército Brasileiro), o qual prevê que

o ensino médio ou técnico como grau destinado à qualificação de pessoal para ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias das graduações de sargentos e subtenentes e dos postos integrantes do quadro auxiliar.



Figura 2 – Distribuição territorial das OMCT
Fonte: Seção de Cinefotografia da ESA

- A centralização do período básico em uma única escola permitirá unificação de procedimentos na formação inicial do sargento, resultando em homogeneização das atitudes e habilidades comportamentais do profissional militar.
- Os cursos pós-CFS passarão para o nível de pós-graduação *lato sensu* de especialização.

Este Projeto propõe até 2022: a inclusão de disciplinas humanísticas no currículo do Curso de Formação de Sargentos (CFS); a mudança do nível de ensino do CFS de carreira, de médio para superior, na modalidade de graduação tecnológica, de acordo com as exigências do Ministério da Educação e Ministério da Cultura.

O aumento da duração do CFS para dois anos — com período integral e dedicação exclusiva — resultará em um primeiro ano letivo voltado para a formação básica do combatente e um segundo ano letivo dedicado à qualificação do aluno, nas armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações.

A proposta fundamenta-se na imperiosa necessidade de desenvolver a capacidade de liderança do sargento do século XXI, em uma conjuntura caracterizada pela guerra assimétrica de amplo espectro, abrangendo operações conjuntas, multinacionais e interagências.

Nesse quadro, o currículo atual de formação do sargento, composto unicamente por disciplinas técnico-militares, mostra-se insuficiente para o desenvolvimento das atitudes mentais do líder das pequenas frações, de modo que possa enfrentar situações-problema nas operações militares, decidindo com ética, oportunidade e legalidade.

Com o novo projeto, tanto o período básico do CFS como o de qualificação das armas de Infantaria, Cavalaria Artilharia, Engenharia e Comunicações, serão realizados na ESA, possibilitando as seguintes melhorias:

- homogeneidade da formação básica;
- nomeação de instrutores e monitores para o período básico;
- ambiente escolar adequado ao desenvolvimento de valores;
- referencial de qualidade da infraestrutura escolar;
- orientação vocacional padronizada;
- apoio psicopedagógico especializado e coordenação pedagógica;
- otimização dos meios de instrução;
- apoio especializado do TFM;
- apoio de saúde específico;
- padronização das medidas disciplinares;
- instrução especial para o 1º ano;
- ensino de idiomas em dois anos;
- facilidade de implantação do pagamento de pessoal; e
- facilidade do apoio logístico escolar.



Figura 3 – Fachada do Pavilhão de Comando e pátio de formatura da ESA

Fonte: Seção de Cinefotografia da ESA



Figura 4 – Patrulha Sgt Max Wolf Filho

Fonte: Seção de Cinefotografia da ESA

Comentário dos autores: A Escola de Sargentos das Armas, cuja missão precípua é formar os sargentos combatentes do Exército Brasileiro, ao receber a denominação histórica de “Escola Sargento Max Wolf Filho” (Portaria Nr 229 - Cmt Ex, de 23 de abril de 2007), associa indelevelmente o seu nome a esse personagem histórico e herói de guerra, que personificou e evidenciou todos os atributos, virtudes e valores necessários à formação do sargento combatente do Exército Brasileiro.

Na figura, observa-se o Sgt Max Wolf Filho à frente de sua patrulha, antes de sair para a missão na qual viria tombar em combate, nos campos gelados da Itália.



Figura 5 – Vista aérea do novo complexo esportivo da ESA

Fonte: Seção de Cinefotografia da ESA

Esse projeto contribui para atingir o Objetivo Estratégico do Exército (OEE-12): “Implantar um novo e efetivo Sistema de Educação e Cultura”, constante do Plano Estratégico do Exército (PEEx 2016-2019 / 2ª Edição).

A nova Formação do sargento de carreira do Exército permitirá o desenvolvimento do perfil desejável ao sargento do século XXI, como se segue:

- concludentes com valores e ética militares internalizados;
- aperfeiçoamento da formação dos sargentos de carreira;
- racionalização dos recursos humanos empregados na formação dos sargentos;
- otimização dos recursos financeiros;
- modernização no processo ensino-aprendizagem;
- padronização na formação do graduado;
- atratividade e adequação do curso ao discente;
- condução do período básico com

instrutores selecionados e nomeados para o corpo docente da ESA;

- dinamismo curricular;
- competências profissionais adequadas às exigências da Força Terrestre;
- melhoria da gestão e da supervisão educacional;
- aperfeiçoamento do ensino da História Militar;
- aperfeiçoamento da aprendizagem de idiomas estrangeiros;
- incremento do desenvolvimento da Liderança Militar;
- desenvolvimento de habilidades de reflexão, de pensamento e análise crítica; e
- índices físicos compatíveis para o desempenho dos cargos.

Tais medidas são decorrentes de uma visualização para os próximos 20 anos. “A vertiginosa evolução dos cenários nacional e internacional exige reavaliação contínua do perfil do profissional militar” (PROFORÇA).



Figura 6 – Evolução dos cenários nacional e internacional militar

Fonte: Seção de Cinefotografia da ESA



Figura 7 – Futuro sargento combatente de carreira
Fonte: Seção de Cinefotografia da ESA

Conclusão

A nova sistemática de formação proposta vislumbra o sargento de carreira integrante de uma nova Força Terrestre para o mesmo Exército, uma instituição sempre orgulhosa

de sua história e apegada aos valores que a sustentam e lhe dão coesão, dotada de forte senso de responsabilidade social, consciente da necessidade de ir além do que prescreve a destinação tradicional de uma força armada, ciente do papel de provedora das necessidades básicas de populações cuja segurança e, até mesmo, sobrevivência não encontram alternativas que não as proporcionadas pelo “Braço Forte – Mão Amiga”.

A nova sistemática faz-se necessária para a adequação ao processo de Transformação do Exército Brasileiro no século XXI.

A Escola de Sargentos das Armas busca, constantemente, melhorias e adequações que possam contribuir cada vez mais com a missão síntese da Escola, que é

Formar o futuro sargento combatente do Exército Brasileiro.

REB

Referências

BRASIL. **Boletim do Exército** nº 52, de 24 de dezembro de 2015. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1406&act=bre>.

BRASIL. **Regulamento para a Escola de Sargentos.** Decreto nº 1.199, de 31 de dezembro de 1892, disponível em: <www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1892-12-31;1199>.

BRASIL. Lei nº 463, de 25 de novembro de 1897. Autoriza a reorganização dos estabelecimentos militares de ensino. **Diario Oficial da União** de 05/07/1898, Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/navegue/1898/Julho/5/Secao_1/DOU>. Acesso em: 01/04/ 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905. Aprova o Regulamento para as Escolas do Exército. **Diario Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 20 de outubro de 1911. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/1925222/dou-secao-1-20-10-1911-pg-13>. Acesso em 01/04/2012.

BRASIL. Portaria nº 139-EME, de 17 de novembro 2005. Brasília, 2005. Estado-Maior do Exército. Aprova a Diretriz para formação de sargentos – Estabelece as premissas básicas para a nova sistemática de seleção e formação dos sargentos.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. 312 p. ISBN: 978-85-224-4762-6.

_____. Exército. Estado-Maior. **O Processo de Transformação do Exército**. Brasília, 2010.

BRASIL. Portaria nº 048-DECEEx, de 10 de maio 2011. Rio de Janeiro: DECEEx, 2011. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Instruções reguladoras do Concurso de Admissão e da Matrícula nos Cursos de Formação de Sargentos, referentes ao processo para matrícula em 2012** (IR 60-07).

_____. Exército. Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias. Programa o profissional militar do século XXI - implantação da educação por competências na formação de oficiais da linha de ensino bélica. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Portaria nº 137, de 28 de fevereiro de 2012. Brasília, 2012. Comandante do Exército. Aprova a **Diretriz para o Projeto de Implantação do Ensino por Competências no Exército Brasileiro**.

BRASIL. Portaria nº 001-Res, de 27 de fevereiro de 2012. Brasília, 2012. Comandante do Exército. Aprova o **Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA)**.

COSTA, Hércules Antônio Marques da Costa. **A evolução histórica da formação do sargento de carreira do Exército Brasileiro e sua importância para o processo de implantação do ensino por competências na Escola de Sargentos das Armas**. 2013. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, José Carlos Villela da. **A seleção e a formação do sargento de carreira e seus reflexos no desempenho profissional**. 1999. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1999.

CHRISPIM, André Tiago Salgado. **O sargento de carreira e as perspectivas de realização profissional**. 1997. Uma proposta de plano de carreira. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1997.

JANUZZI, Miguel Luiz Kothe. **A formação do sargento de carreira do Exército: uma proposta**. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado) do Curso de Altos Estudos Militares – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2003.

VAZ, Ueliton José Montezano. **A formação do oficial e do sargento para o próximo século: pré-requisitos, qualificações, currículos e atributos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1999.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Escola das Armas do Exército Argentino (EDA)

Experiências como instrutor em estabelecimento de ensino em nação amiga

*Rafael Leite Varela**

Introdução

Este artigo tem por objetivo descrever as principais características da Escuela de las Armas (EDA) do Exército Argentino, destacando os aspectos de maior relevância e os principais pontos observados durante o desempenho da função de instrutor de Infantaria, no período de janeiro a dezembro de 2015, como forma de estreitar os laços de camaradagem estabelecidos em virtude da missão atribuída.

Desenvolvimento

A EDA é um estabelecimento de ensino do Exército Argentino com a missão de planejar, programar, orçar, dirigir, coordenar e avaliar a execução dos cursos regulares e complementares para capacitar os oficiais e sargentos, a fim de alcançar o resultado esperado dentro do perfil profissional definido

(missão atribuída pela Dirección General de Educación – DGE, órgão equivalente ao Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX). Entende-se por “Curso Regular” como o curso obrigatório necessário ao aperfeiçoamento de oficiais e praças para desempenho de suas atribuições dentro da estrutura hierárquica; por “Curso Complementar”, os diversos cursos



Figura 1– Fachada Escuela de las Armas

Fonte: o autor

* Cap Inf (AMAN/03, EsAO/13). Atualmente, é o comandante da Companhia de Comando do Comando Militar do Leste. (rafaelvarela.12@gmail.com)

de especialização para aquisição de conhecimentos e desempenho de tarefas específicas das diferentes vertentes da carreira militar.

A EDA é composta por seis escolas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações e Especialidades – Intendência e Material Bélico) e uma Seção de Educação a Distância, como elementos principais das atividades de ensino. A denominação “Escola” designa uma estrutura semelhante à dos Cursos das Armas, Quadro e Serviço da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

A Escola de Infantaria é comandada, normalmente, por um coronel (diretor), com experiência de comando de unidade, e mais cinco oficiais superiores ocupando as funções de ensino, doutrina, logística, chefia dos cursos regulares e chefia dos cursos complementares. O Corpo de Instrutores contava com oito capitães, três tenentes e nove graduados. Quatro capitães e um tenente estavam destinados aos cursos de oficiais, outros três capitães e dois tenentes estavam destinados aos cursos de sargentos.

Cursos ministrados pela Escola de Infantaria

Os cursos ministrados pela Escola de Infantaria se dividem em regulares e complementares.

Cursos regulares

- CBAE (Curso Básico de las Armas y Especialidades) – É destinado aos *subtenientes* recém-formados do Co-

légio Militar de la Nación (como os aspirantes-a-oficial recém-formados na AMAN). São instruções técnicas e táticas no nível pelotão. Período de realização da fase presencial em 2015: 09/02 até 24/04.

- CJSAE (Curso de Jefe de Subunidad de las Armas y Especialidades) – É destinado aos oficiais subalternos no posto de *teniente*. São instruções técnicas e táticas no nível comando de subunidade. Período de realização da fase presencial em 2015: 03/08 até 18/09.
- CBPM (Curso Básico de Plana Mayor) – É destinado aos oficiais subalternos no posto de *teniente primero*. São instruções táticas no nível unidade. Período de realização da fase presencial em 2015: 05/10 até 30/10.
- CPB (Curso de Perfeccionamiento Básico) – É destinado aos *cabos* recém-formados da Escuela de Suboficiales del Ejército Sargento Cabral, (como os sargentos recém-formados na EsSA). São instruções técnicas e táticas no nível grupo. Período de realização da fase presencial em 2015: 09/02 até 05/06.
- CPMAE (Curso de Perfeccionamiento Medio de las Armas y Especialidades) – É destinado aos praças no posto de *sargento*. São instruções técnicas e táticas no nível adjunto de pelotão. Período de realização da fase presencial em 2015: 18/08 até 18/09.
- CPAAE (Curso de Perfeccionamiento Avanzado de las Armas y

Especialidades) – É destinado às praças no posto de *sargento ayudante*. São instruções técnicas e táticas no nível seção de comando de subunidade e auxiliar de estado-maior. Período de realização da fase presencial em 2015: 05/10 até 22/10.

Cursos complementares

Os cursos complementares não possuem estrutura fixa de ocorrência e são de caráter voluntário. No ano de 2015, ocorreram os seguintes cursos:

- Curso de Tiradores Especiales – CTE (Curso de Caçador)
- Curso de Combate Antitanque – CCA (Curso de Combate Anticarro)
- Curso de Jefe de Sección de Mortero Pesado – CJSMP (Curso de Cmt de Pelotão de Morteiro Pesado)
- Curso de Combate Urbano – CCU



Figura 2 – Atividade de instrução CJSMP na localidade de Monte Caseros (fronteira com o Brasil)

Fonte: o autor



Figura 3 – Atividade de instrução CTE na localidade de Plátanos (região metropolitana de Buenos Aires)

Fonte: o autor

O trabalho na Escola de Infantaria

As oportunidades de trabalhar efetivamente como instrutor, conduzindo atividades de aula, são as experiências mais enriquecedoras que a missão proporciona ao militar.

A Escola de Infantaria é responsável pela organização do Torneio da Infantaria, competição que conta com a participação de patrulhas representantes de todo o país, como tropas da Patagônia (sul), de Monte (selva, ao norte), de Montanha (Andes), entre outras.

Uma observação interessante é o fato de a Escola de Infantaria funcionar como uma “casa da infantaria convencional”. Nela são ministrados cursos (basica-



Figura 4 – Instrução no CCA sobre o armamento AC de um Btl Inf

Fonte: o autor

mente os complementares) que desenvolvem competências relativas às tropas regulares. Os conhecimentos transmitidos,

usando o exemplo do CJSMP e do CCA, complementam a formação dos oficiais e sargentos alunos. O fato de os alunos se-



Figura 5 – Briefing final com os avaliadores da oficina de aprestamento

Fonte: o autor

rem componentes de frações afins ao curso de que participam (são oriundos de Pelotões de Morteiro Pesado das Unidades, por exemplo) permite a exploração de atividades em um nível de profundidade mais elaborado do que nas escolas de formação. Os Cursos também geram a possibilidade de transmissão de conhecimento, no caso da aquisição de novos armamentos ou uma eventual repotencialização, que enseje adequações na técnica de tiro.

O fato de a Escola de Infantaria ser um polo centralizador e, em consequência, irradiador de conhecimento, faz com que a mesma funcione como elemento que uniformiza e padroniza o conhecimento sobre preparo e emprego da infantaria regular para todo o Exército Argentino, diferenciando-se do Exército Brasileiro por disseminar o conhecimento para oficiais e praças a partir de um mesmo estabelecimento de ensino.

Observa-se também que a Escola funciona como um centro de resolução de dúvidas e preenchimento de lacunas doutrinárias, que porventura tenham permanecido durante a formação básica. Nesse aspecto, a estrutura se revela insuficiente para atender esse tipo de demanda, em virtude da necessidade de pesquisas e experimentação doutrinária, uma vez que a sobrecarga ao corpo de instrutores é consideravelmente alta.

Conclusão

O principal objetivo deste artigo foi apresentar breves experiências após dez meses de convivência e trabalho em um estabelecimento de ensino do Exército Argentino.

Na EDA, os instrutores têm contato com diversas turmas de formação de oficiais e sargentos do Exército Argentino



Figura 6 – Avaliação da execução da oficina pista de combate (PPM)

Fonte: o autor



Figura 7 – Apresentação dos instrutores ao diretor-geral de Ensino do Exército Argentino

Fonte: o autor

com possibilidade de exposição de trabalho em uma posição importante, tal como é a de instrutor de Escola de Infantaria.

O corpo de instrutores das diferentes Escolas é composto por oficiais selecionados, e sua grande maioria possui experiência de trabalho no exterior, muitos deles no Brasil. Em consequência, existe uma grande possibilidade de novas situações de trabalho em conjunto.

Por fim, o intercâmbio com o Exér-

cito Argentino é relevante para o Brasil sob quaisquer pontos de análise. As características da EDA garantem que essa troca de experiências propicie aos participes ganhos profissionais e pessoais significativos. Com certeza, o aperfeiçoamento dessa relação, com o passar dos anos, garantirá o alinhamento de interesses no campo militar, que se pode revelar de extrema importância para ambos os países. **[REB]**

Referências

Ejército Argentino. Disponível em: <<http://www.ejercito.mil.ar/sitio/2015/noticias/noticia.asp?Id=2006>>. Acesso em: 21 JUN 16.

Ejército Argentino. Disponível em: <<http://www.ejercito.mil.ar/sitio/2015/noticias/noticia.asp?id=1764>>. Acesso em: 21 JUN 16.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

O emprego da cavalaria mecanizada na brigada de infantaria mecanizada na marcha para o combate

*Endrigo Buscarons da Silva**

Introdução

Uma nova era de confrontos surgiu nas últimas décadas, dentro do contexto do amplo espectro, inseridas nas guerras de 4^a geração. Uma série de fatores causou essa evolução, podendo-se destacar: uma necessidade de maior facilidade logística, a maior capacidade de defesa por exércitos inferiores frente a inimigos mais poderosos, maior capacidade de mobilização nacional e a maior conformidade política e econômica dos acontecimentos. Os últimos conflitos existentes, desde a Guerra do Vietnã, trouxeram, portanto, aos exércitos a necessidade de se transformar e se adaptar para enfrentar os novos desafios da era do conhecimento.

Tão aceleradas são as mudanças na cena mundial, hoje em dia, que agora as revisões doutrinárias — que costumavam acontecer a cada quarenta ou cinquenta anos — são necessárias de ano em ano ou de dois em dois anos. (TOFFLER, 1993, p. 72)

No Brasil, o Exército Brasileiro, atento a essas modificações, iniciou o seu processo de transformação através de uma serie de

projetos e estratégias que procuram tornar o nosso Exército cada vez mais forte no cenário nacional e internacional, a curto, médio e longo prazo. Essas mudanças estão embasadas pela nova Estratégia Nacional de Defesa (END).

A END, em suas diretrizes, determina algumas capacidades a serem melhoradas nas Forças Armadas, entre elas destacam-se duas: o trinômio estratégico, constituído de *mobilidade, presença e monitoramento*; e a *mobilidade estratégica*, ou seja, a sua capacidade de reação no âmbito nacional.

O entendimento da mobilidade tem implicações para a evolução dos meios blindados e mecanizados de uma força armada. Uma delas é o conceito de harmonizar, nas características técnicas das viaturas e carros, atributos de proteção e movimento, necessários para cumprimento das missões da Arma de Cavalaria.

Na Operação Tempestade no Deserto... O primeiro aspecto se deveu ao fato de terem as unidades do Exército se deslocado tão rápido que encontraram o inimigo constantemente fora de posição e voltado para a direção errada... (SCHUBERT, 1998, p.289)

* Cap Cav (AMAN/03, EsAO/12). Foi instrutor do Curso de Cavalaria da EsAO. Atualmente, é o comandante do 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva.

Todos esses conceitos agregados nos colocam diante de desafios para pesquisas e desenvolvimento da doutrina existente, determinando as melhores formas de emprego para todos os tipos de tropa do Exército Brasileiro, uma vez que esperamos que se torne cada vez mais moderno e adaptado às características dos possíveis cenários a serem enfrentados no Brasil e no mundo.

Como poderemos empregar essas forças com maior efetividade? A resposta reside na forma pela qual organizamos essas forças para o combate — organizar forças blindadas e mecanizadas por tarefas e determinar suas ações táticas e as relações de apoio. As forças blindadas e mecanizadas podem exercer um papel significativo por todo o espectro do combate. (OLIVER, 2011)

Estratégia Nacional de Defesa — o combate moderno e suas implicações

As determinações da Estratégia Nacional de Defesa, as evoluções do Combate Moderno e os conceitos da Doutrina Delta, aplicados ao emprego das tropas nos dias de hoje são fundamentais para entendimento das questões básicas que devem ser respondidas em uma fase de transformação: como equipar? como combater? como organizar?

A END determina que as Forças Armadas sejam organizadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença; a partir daí as suas tropas terão de ter capacitações operacionais que gerem a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão em qualquer parte do país, ou seja, a mobilidade estratégica.

Uma das concepções do Combate Moderno é a conquista de objetivos estratégicos

em curto prazo de tempo; para isso, um Exército precisa de mobilidade como base para a constituição do seu poder de combate. Isso somado ao imperativo da *elasticidade*, que é a capacidade de se fazer presente, modifica algumas concepções de emprego para o Exército Brasileiro.

Nos dias de hoje observa-se que existe um adensamento populacional nos países, constituindo um grande número de cidades interligadas por rodovias que se tornarão, em caso de conflito, os eixos de atuação da Força Terrestre.

A criação da brigada de infantaria mecanizada (Bda Inf Mec) foi inserida nesse contexto, sendo que um dos fatores motivadores para a modernização da doutrina de combate de Infantaria é a necessidade de dotar o Exército Brasileiro de uma grande unidade com mobilidade suficiente para adaptar-se às características do combate moderno.

Conclui-se parcialmente que — após um estudo da END e do combate moderno, todos aplicados ao contexto nacional — temos de buscar o aumento da mobilidade e da flexibilidade de emprego, pois assim iremos alcançar objetivos estratégicos constituídos, possivelmente, por cidades e seus acessos rodoviários e necessitaremos manter a elasticidade pela capacidade de se fazer presente em qualquer teatro de operações.

O vínculo entre os aspectos tecnológicos e operacionais da mobilidade há de se realizar de maneira a alcançar objetivos bem definidos. Entre esses objetivos, há um que guarda relação especialmente próxima com a mobilidade: a capacidade de alternar a concentração e a desconcentração de forças com o propósito de dissuadir e combater a ameaça. (END, 2008)

O emprego da Bda Inf Mec

Atualmente a 15^a Bda Inf Mec tem em seu organograma três batalhões de infantaria mecanizados (BI Mec), um esquadrão de cavalaria mecanizado (Esqd C Mec), um grupo de artilharia de campanha (GAC), um batalhão logístico (B Log), uma companhia de engenharia de combate mecanizada (Cia Eng Mec) e uma companhia de comunicações (Cia Com).

As possibilidades da Bda Inf Mec de ser altamente móvel, de dispersar-se e reunir-se rapidamente e de realizar operações continuadas como força taticamente autônoma trarão necessidades de adaptação aos seus elementos de manobra.

Alguns oficiais ainda não visualizam o emprego da Bda Inf Mec de forma isolada, pois esta receberia o apoio de sua divisão de exército (DE) enquadrante; entretanto, com o estudo aprofundado sobre o tema e após a análise da Doutrina Delta e do Combate Moderno, pode-se perceber que a brigada continua sendo o módulo básico de emprego. Portanto, a Bda Inf Mec, confere ao Exército maior mobilidade estratégica e tática, podendo ser empregada isoladamente, precisando de maior número de meios para atuar sem apoio da DE enquadrante.

A Bda Inf Mec Experimental do Exército Brasileiro é a 15^a Bda Inf Mec, sendo inserida na 5^a Divisão de Exército. A 5^a DE possui como brigadas orgânicas a 5º Brigada Blindada e a 14º Bda Inf Mtz; daí se conclui, por meio do estudo das características e limitações dessas grandes unidades que a tropa mais móvel dessa DE será justamente a Bda Inf Mec.

Assim sendo, a Bda Inf Mec pode ser lançada em marcha para o combate (M Cmb) isoladamente até que a DE se organize para o combate para atuar em um possível campo de batalha apresentado. Esse fato se deve à maior mobilidade estratégica que a Bda Inf Mec possui em relação às demais.

Conclui-se parcialmente que a Bda Inf Mec será provavelmente empregada inicialmente na marcha para o combate, visando a uma ação futura decisiva. Na busca do contato com o Inimigo, os conceitos trazidos pelo combate moderno e pela Doutrina Delta farão com que o comandante da Bda Inf Mec tenha de empregar as suas forças da melhor maneira, visando ter suas peças de manobra nas melhores condições de emprego.

O emprego da cavalaria mecanizada da Bda Inf Mec — fatores da decisão X características das tropas

Os fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo), levando em consideração as características de cada tropa, indicarão o melhor emprego da cavalaria mecanizada (C Mec) orgânica da Bda Inf Mec em M Cmb, como integrante das *forças de segurança* (F Seg) ou do *grosso*.

A C Mec não é a mais apta para emprego nas ações ofensivas e defensivas que seriam executadas após uma M Cmb. Isso posto, caso seja empregada como elemento do *grosso*, o comandante da Bda Inf Mec estará aproveitando a maior potência de fogo e ação de choque que a C Mec possui em relação às tropas de Inf Mec; entretanto, desconsideraria as características típicas da Cavalaria e as suas missões previstas na Doutrina Delta.

A tropa C Mec deve, portanto, ser empregada em ações de reconhecimento e segurança (missões da *força de segurança*), pois estas são suas missões básicas, além de serem mais compatíveis com suas características, possibilidades e limitações.

Esqd C Mec X R C Mec – qual a real necessidade?

Alguns fatores indicam que somente um Esqd C Mec é insuficiente para um eficiente emprego de uma Bda Inf Mec. A capacidade logística e a necessidade de maior apoio de fogo, gerando menor dependência do comando enquadrante, são exemplos.

O emprego de apenas um Esqd C Mec atuando isolado como F Seg é insuficiente, tendo em vista que, para atender as necessidades da Bda de ter uma vanguarda e uma flancoguarda, o Esqd teria de empregar um Pel C Mec por missão, e o nível pelotão não possui estrutura logística e nem apoio de fogo suficiente para atuar isoladamente. Assim sendo, cada missão deverá ser executada por, pelo menos, uma subunidade.

Uma observação interessante, que a doutrina não responde, é a de que, na flancoguarda (fixa ou móvel), a relação da extensão do grosso de uma Bda Inf Mec em M Cmb e a capacidade do Esqd C Mec de proteger são incompatíveis. Inviabilizando o cumprimento dessa missão por apenas uma subunidade.

Já na vanguarda, a limitação seria o número de eixos usados. Cada Esqd C Mec pode receber apenas um eixo principal, conforme a doutrina vigente, limitando a ação da Bda Inf Mec. Assim sendo, a GU teria de pro-

gredir em uma coluna única, contrariando os princípios de flexibilidade e elasticidade preconizados na END, na Doutrina Delta e no combate moderno.

Sendo a Bda Inf Mec dotada de apenas uma subunidade de C Mec, certamente ficará com a sua eficiência de emprego comprometida em face das suas necessidades em operar em largas frentes e múltiplos eixos, caso esta GU tenha de atuar isoladamente.

Conclui-se, portanto, que a Bda Inf Mec necessitará de um R C Mec orgânico para cumprir com eficiência e eficácia suas missões, visando garantir ou aumentar a mobilidade estratégica da GU. Caso contrário, as tropas de infantaria mecanizada terão de ser empregadas em missões de Seg, contrariando a doutrina vigente e fazendo com que a Bda Inf Mec perca poder de combate, que certamente será necessário em um ponto futuro e mais decisivo.

As características da tropa: Esqd X Rgt

Entre as características, pode-se afirmar que um R C Mec tem maior potência de fogo, o que é necessário nas operações, pois este atuará constantemente sem a proteção completa do seu escalão superior, seja em ações de reconhecimento ou de segurança.

Já nas características proteção blindada e mobilidade, as tropas do Esqd C Mec e do R C Mec irão se equiparar devido ao material de emprego militar semelhante. Porém, é importante considerar o tempo de uso e as tecnologias existentes atualmente nas viaturas orgânicas da cavalaria mecanizada, que daram de quase 30 anos de uso e são da primeira geração de blindados, com pouca tecnologia agregada para minorar suas deficiências.

Nas características ação de choque e comunicações amplas e flexíveis, fatores essenciais ao emprego das peças de manobra e ao comando e controle no combate, fica nítida a superioridade do R C Mec, devido ao maior número de material de emprego militar existente no regimento.

Assim, conclui-se parcialmente que, no estudo das características da cavalaria mecanizada, em todos os aspectos, o R C Mec seria o valor de tropa mais adequado para compor uma Bda Inf Mec. Com a mecanização da Infantaria, esta ganhará em proteção blindada e mobilidade, com isso será necessário que a Cavalaria também tenha melhoria nas suas capacidades visando apoiar melhor a manobra decisiva de sua grande unidade.

Conclusão

O verdadeiro desafio não é inserir uma ideia nova na mente do militar; mas sim, expelir a ideia antiga.

LIDDELL HART

Em síntese, os preceitos e imposições do combate moderno, da Estratégia Nacional de Defesa e da Doutrina Delta trazem às tropas do Exército Brasileiro os imperativos de flexibilidade e elasticidade, bem como a necessidade de melhor organizar, articular e empregar suas peças de manobra.

Conclui-se que o melhor emprego da cavalaria mecanizada no contexto de uma Bda Inf Mec em M Cmb é executando missões na força de segurança, visando melhor aproveitar as suas características e possibilidades e atenuar as suas limitações.

Conclui-se ainda que a Bda Inf Mec é mais bem atendida com um R C Mec do que com um Esqd C Mec. Isso possibilitará ao Cmt Bda maior capacidade de atender às demandas atuais dos conflitos, empregando melhor a sua Infantaria Mecanizada na busca da conquista dos objetivos estratégicos decisivos, com maior poder de combate e a possibilidade de sucesso no momento em que isto se fizer necessário ou exigido. Isso não atingirá um conceito antiquado de que um comandante somente tem a capacidade de controlar cinco peças de manobra, visto que não há doutrina ou estudos a respeito disso e que, com o advento de novas tecnologias, se torna um pensamento obsoleto.

Um dado para conhecimento é que o Exército Americano utiliza o valor regimento para emprego de sua cavalaria mecanizada no nível brigada, diferente do Brasil, que usa a SU (um Esqd C Mec), considerando que as missões básicas desta tropa são reconhecimento, segurança e o levantamento de alvos (enfoque em ações de inteligência militar no combate).

Este estudo não esgota o assunto e ateve-se somente a um tipo de operação, embora as conclusões nele obtidas possam ser aplicadas a outros tipos de ação dentro do amplo espectro das operações militares.

Sugere-se, portanto, que sejam feitos estudos e experimentações doutrinárias para a evolução da tropa mecanizada, no nível pelotão e regimento, principalmente no que tange ao material, para que a atual doutrina da cavalaria mecanizada seja, no futuro, revista e melhorada afim de melhor cumprir as suas missões, porém com meios mais modernos. 

Referências

- ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. **Os “Tanks” na guerra Européa 1914-1918.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Albuquerque e Neves. 1921
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. nbr 6023. Informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- Blindado sobre Lagartas ou Sobre Rodas?. Disponível em: www.ufjf.edu.br/defesa. Acesso em 25 SET 11.
- Blindados e Doutrina Delta no Combate Urbano. Uma combinação possível. Disponível em: www.ufjf.edu.br/defesa. Acesso em 25 SET 11.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior. **C 2-1:** Emprego da Cavalaria. 2. Ed. Brasília, DF, 1999.
- _____. Exército. Estado-Maior. **C 2-20:** Regimento de Cavalaria Mecanizado. 2. Ed. Brasília, DF, 2002.
- _____. Exército. Estado-Maior. **C 7-30:** Brigadas de Infantaria. 1. Ed. Brasília, DF, 1984.
- _____. Exército. Estado-Maior. **C 17-20:** Forças-Tarefas Blindadas. 3. Ed. Brasília, DF, 2002.
- _____. Exército. Estado-Maior. **C 100-5:** Operações. 3. Ed. Brasília, DF, 1997.
- _____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Decreto Nr 6703, Brasília, DF, 2008.
- _____. Exército. Estado-Maior. **IP 100-1:** Bases para modernização da doutrina de emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta). 1. Ed. Brasília, DF, 1996.
- _____. Exército. Estado-Maior. **O Processo de Transformação do Exército.** 2^a Edição. Disponível em: www.exercito.eb.br. Acesso em 25 SET 11.
- _____. Exército. Estado-Maior. Portaria N º 038-EME-RES, de 8 de junho de 2010. Base Doutrinária de Brigada de Infantaria Mecanizada.
- _____. Exército. Estado-Maior. Portaria N º 039-EME-RES, de 8 de junho de 2010 . Base Doutrinária de Batalhão de Infantaria Mecanizada.
- _____. Exército. Estado-Maior. Portaria N º 041-EME-RES, de 9 de junho de 2010. Diretrizes para a implantação, em caráter experimental, da Base Doutrinária de Brigada de Infantaria Mecanizada e de Batalhão de Infantaria Mecanizado.
- BOWDEN, Mark. **Falcão Negro em Perigo – A história de uma guerra moderna.** 1. Ed. São Paulo: Landscape, 2001.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra,** Martins Fontes Editora.3 Ed. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

DOMINGUES, Clayton Amaral e NEVES, Eduardo Borba. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: EsAO, 204p. 2007.

DUARTE, Magno Paiva. **Organização das Armas e Serviços**, EsAO, Rio de Janeiro, 2007.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. **MATAD**. Apresentação de trabalhos acadêmicos e dissertações. 3. ed. – Rio de Janeiro, 2006.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. **Pub 30-101-1 – O INIMIGO**. 1º Volume. 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ. 2003.

EUA. Headquarter. Department of the Army. **FM 3-20.96 CAVALRY SQUADRON (RSTA)**. Washington, DC. 2002.

_____. Headquarter. Department of the Army. **FM 3-21.31 STRYKER BRIGADE COMBAT TEAM**. Washington, DC. 2003.

_____. Headquarter. Department of the Army. **FM 3-90.6 BRIGADE COMBAT TEAM**, Washington, DC. 2010.

_____. Headquarter. Department of the Army. **FM 100-5 OPERATIONS**. Washington, DC. 1993.

_____. Headquarter. Department of the Army. **FM 100-60 OPFOR, ARMOR AND MECHANIZED BASED OPPOSING FORCE - ORGANIZATION GUIDE**, Washington, DC. 1997.

_____. Headquarter. Department of the Army. **JOINT PUB 3-55 DOCTRINE FOR RECONNAISSANCE, SURVEILLANCE, AND TARGET ACQUISITION SUPPORT FOR JOINT OPERATIONS (RSTA)**. Washington, DC. 1993.

Forças Blindadas e Mecanizadas e os Imponderáveis da Guerra. Disponível em: www.ufjf.edu.br/defesa. Acesso em 25 SET 11.

LIND, William S. **Compreendendo a Guerra de Quarta de Geração**. Military Review, Fort Leavenworth, 1º bimestre, 2005.

LIND, W.; NIGHTENGALE, K.; SUTTON, J.; WILSON, G.; SCHMITT, J. “**The Changing Face of War: Into the Fourth Generation**”, *Marine Corps Gazette*, Outubro 1989. Disponível em <www.dnipogo.org/fcs/4th_gen_war_gazette.htm>. Acesso em: 2 JAN 12.

MORGADO, Flávio Roberto Bezerra. **As Forças Mecanizadas do Exército Brasileiro – Uma proposta de atualização, modificação e modernização**. Dissertação. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVER, Irvin. **Forças Mecanizadas na Guerra Irregular**. Military Review, Fort Leavenworth, p. 2-11, 4º bimestre, 2011.

Os paradigmas a serem enfrentados relacionados com a cavalaria mecanizada: transformar – adaptar. Disponível em: www.ufjf.edu.br/defesa. Acesso em 25 SET 11.

REVISTA VERDE OLIVA. Estratégia Braço Forte. Nr 203, Brasília p. 38-41, 3º trimestre, 2009.

SCHUBERT, Frank N. Kraus, Theresa L. **Tempestade do Deserto: Operações da Guerra do Golfo**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

SOUZA JUNIOR, Jorge Francisco de. **As forças blindadas do Exército brasileiro - Atualização, Modificação e Modernização: uma proposta**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

TZU, SUN. **A Arte da Guerra**. 2. Ed. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2001.

TOFFLER, Alvin e Heidi. **GUERRA E ANTI-GUERRA**. 1. Ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 1993.

VISACRO, Alessandro. **O Desafio da Transformação**. Military Review, Fort Leavenworth, p. 46-55, 2º bimestre, 2011.

WILCOX, Greg; WILSON, G. I. “**Resposta Militar à Quarta Geração de Guerra no Afeganistão**”, *MilitaryReview*, 1st Quarter, Ed. Brasileira, 2004.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Curso de Especialização de Engenharia e Instrutoria na Escola de Engenharia da Força Armada Nacional Bolivariana

*Ricardo Motinha Lanzellotte**

Introdução

As missões de cooperação de ensino realizadas por militares brasileiros em países sul-americanos têm por finalidade alcançar a integração regional do continente e aumentar a confiança mútua entre os Estados da América do Sul.

O Exército Brasileiro tem enviado, já há vários anos, diversos militares para o cumprimento desse tipo de missão no exterior.

A República Bolivariana da Venezuela, país localizado na porção norte da América do Sul, cujas fronteiras terrestres são delimitadas com o Brasil, Colômbia e Guiana, tem sido um dos destinos para onde são enviados esses militares.

Nesse contexto, os capitães de Engenharia Ricardo Motinha **Lanzellotte** e Diego da Silva **Agostini**, foram designados para realizar o Curso de Especialização em Engenharia na República Bolivariana da Venezuela. O curso, de aproximadamente um ano de duração, transcorreu no perío-

do de 13 de setembro de 2013 a 16 de junho de 2014.

Posteriormente, após concluírem o Curso de Especialização supracitado, os referidos militares foram nomeados instrutores da Escola de Engenharia da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), onde permaneceram durante o período de 17 de junho de 2014 a 16 de junho de 2015.

Seleção para o curso

O processo seletivo para esse tipo de missão é conduzido pelo Gabinete do Comandante do Exército. Aspectos profissionais e pessoais, tais como a conduta civil dos militares, são considerados nessa seleção.

Para ser designado para realizar o Curso de Especialização em Engenharia na República Bolivariana da Venezuela são necessários três pré-requisitos básicos: ser voluntário, estar habilitado no idioma espanhol e ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Engenharia da EsAO.

* Cap Eng (AMAN/03, EsAO/11), realizou o Curso de Especialização em Engenharia (Venezuela/14) e foi instrutor da Escola de Engenharia da Força Armada Nacional Bolivariana (Venezuela/14-15). Atualmente, é instrutor da AMAN.

O Curso de Especialização em Engenharia

O Curso de Especialização em Engenharia tem por finalidade preparar os militares recém-promovidos ao posto de Capitão para o desempenho das funções de estado-maior de unidades e grandes-unidades de Engenharia.

O referido curso foi ministrado na Escola de Engenharia General de Brigada Francisco Jacob, na cidade de Caracas, capital da Venezuela. Essa escola encontra-se localizada dentro do Forte Tiuna, complexo militar que abriga os principais órgãos diretores e unidades militares da Venezuela. Integra a estrutura de ensino da FANB, que tem como órgão diretor a Universidade Militar Bolivariana da Venezuela (UMBV).

A UMBV tem a missão de educar integralmente os profissionais militares dos quatro componentes (Exército, Armada, Aviação Militar e Guarda Nacional Bolivariana), da Milícia Bolivariana e de civis, para o cumprimento de tarefas inerentes à respectiva Força em atividades de segurança, defesa integral e desenvolvimento nacional.

As atividades do curso foram desenvolvidas em período integral (manhã e tarde) com instruções, em sua grande maioria, teóricas. O treinamento físico era normalmente realizado duas vezes por semana. Foram realizadas, também, atividades práticas, tais como visitas às unidades militares, às obras de engenharia e um exercício no terreno, em que foram realizados vários reconhecimentos com posterior planejamento na carta.

O curso possui ênfase no trabalho de estado-maior e vem sendo reformulado, a

cada ano, de modo a estar alinhado às novas propostas e bases doutrinárias que estão sendo desenvolvidas pela FANB.

Essa nova base doutrinária venezuelana, que ora se encontra em desenvolvimento, tem como objetivo melhorar a capacidade de resposta e estabelecer ações efetivas para preservar a soberania e a defesa integral da nação venezuelana. Para tal, o Comando Estratégico Operacional da Força Armada Nacional Bolivariana (CEOANB) vem desenvolvendo o Conceito Estratégico Militar para a Defesa Integral da Nação (conjunto de sistemas, métodos, medidas e ações de defesa, quaisquer que sejam sua natureza e intensidade, que, em forma ativa, formule, coordene e execute o Estado, com a participação das instituições públicas e privadas, e as pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, com o objetivo de salvaguardar a independência, a liberdade, a democracia, a soberania, a integridade territorial e o desenvolvimento integral da nação, conforme descrito no Art 3 da Lei Orgânica de Segurança da Nação da Venezuela), o qual segue os preceitos de uma Guerra Popular Prolongada.

A mencionada Guerra Popular Prolongada (GPP) trata-se de um tipo de guerra de resistência de longa duração, com participação efetiva da população, em que são desenvolvidas ações de caráter regular e irregular, tudo com o objetivo de minar a vontade de lutar do inimigo invasor e expulsá-lo do território ocupado.

Para o estabelecimento dessa nova concepção doutrinária, estão sendo considerados, dentre outros fatores, o idealismo bolivariano e as experiências de outros povos que já enfrentaram as ameaças e agressões militares

oriundas de países desproporcionalmente mais fortes, considerados imperialistas.

Nesse contexto, foram ministradas, durante o curso, diversas matérias dentre as quais podemos destacar: Pensamento Militar Venezuelano, Processo Militar para Tomada de Decisões, Fundamento do Emprego Tático das Armas, Proteção Subterrânea, Gerência de Projetos, Ação Conjunta na ZODI (Zona de Operações de Defesa Integral), entre outras.

O curso de especialização realizado na Venezuela possui o nível de pós-graduação. Para lograr o título de especialista em Engenharia Militar, cada aluno deve confeccionar e apresentar uma tese (trabalho de conclusão de curso) ao final do ano letivo. Essa tese é avaliada por uma banca composta por três oficiais da FANB, sendo todos já possuidores do título de Especialista.

Após uma carga horária de 640 horas-aula (aproximadamente nove meses de duração), pleno êxito nas diversas avaliações formais e aprovação pela banca avaliadora na defesa da tese, o presente curso foi concluído com aproveitamento.

A instrutoria na Escola de Engenharia da Força Armada Nacional Bolivariana

Criada em 16 de junho de 1958, a Escola de Engenharia Gen Brig Francisco Jacob tem a missão de formar, capacitar, especializar, atualizar e aperfeiçoar o pessoal militar do Exército, dos demais componentes da FANB e de entidades diversas na área de Engenharia. Além disso, a referida escola é também responsável pela atualização da doutrina relacionada à Engenharia Militar.

A Escola de Engenharia da FANB ministra em todos os anos, além do Curso de Especialização, diversos cursos para oficiais e sargentos da Arma de Engenharia. Realiza, também, alguns estágios de curta duração sobre temas específicos, tais como topografia para construção de túneis, explosivos, construção de ferrovias, entre outros.

É responsável, ainda, por ministrar as instruções relacionadas à Arma de Engenharia para os cadetes da Academia do Exército Bolivariano e por conduzir o curso de preparação para os oficiais superiores designados para o comando das unidades de Engenharia valor batalhão.

Durante o período em que estiveram designados como instrutores, os oficiais brasileiros ministraram diversas instruções nos vários cursos realizados na Escola de Engenharia da FANB, dentre as quais podemos destacar: Operações de Transposição de Curso d'Água, a Engenharia Militar Brasileira, Equipagem de Ponte Bailey, entre outras.

O contato permanente com militares dos quatro componentes da FANB (tanto instrutores quanto alunos) bem como com integrantes da Milícia Bolivariana (Corpo especial organizado pelo Estado venezuelano destinado a complementar a FANB na Defesa Integral da Nação. É composta por cidadãos venezuelanos voluntários. Depende diretamente do presidente da República e comandante chefe da FANB em tudo relativo a aspectos operacionais através do Comando Estratégico Operacional e, para os assuntos administrativos, dependerá do ministro do Poder Popular para a Defesa da Venezuela, conforme a Lei Orgânica da FANB - LO-FANB - Art 43), foi um aspecto bastante

enriquecedor durante a realização da missão.

A participação direta em estudos e debates sobre o desenvolvimento da nova doutrina de emprego da Engenharia Militar venezuelana também foi um dos aspectos bastante positivos da missão.

A vida no exterior

Uma das experiências mais enriquecedoras da missão foi a oportunidade de viver no exterior. Por se tratar de uma missão com dependentes, os familiares também puderam desfrutar intensamente essa experiência. A convivência diária com o povo venezuelano proporcionou um ganho cultural de valor inestimável e contribuiu, de maneira significativa, para a conquista do objetivo de integração com este país sul-americano.

A participação nas atividades da Aditância do Exército e da Defesa do Brasil na Venezuela foi outro aspecto bastante engrandecedor. Esse contato direto possibilitou conhecer o trabalho realizado por essa Aditância de forma mais detalhada e favoreceu o entrelaçamento entre os militares brasileiros também participantes de missões na Venezuela.

O reconhecimento do Exército Brasileiro (EB) no exterior é muito grande. Os venezuelanos elogiavam o EB quase que

diariamente. O Sistema de Ensino, atuação em missões de paz e a capacidade de gerenciamento de obras de Engenharia foram alguns dos aspectos enaltecidos. Tal fato proporcionou aos militares em missão na Venezuela uma valorização cada vez maior do Exército Brasileiro.

Conclusão

A realização do Curso de Especialização de Engenharia e o desempenho da função de instrutor da Escola de Engenharia da FANB tiveram um saldo final bastante positivo.

A oportunidade de viver por dois anos na República Bolivariana da Venezuela, desempenhando as funções de aluno e de instrutor junto às Forças Armadas daquele país, proporcionou um ganho profissional e pessoal muito grande.

A convivência permanente com os militares e cidadãos venezuelanos durante os dois anos em que se desenvolveu a missão possibilitou o estreitamento dos laços de amizade e o aumento da confiança mútua e do respeito entre os integrantes dos dois países envolvidos. Sendo assim, o fortalecimento das relações entre Brasil e Venezuela contribuirá de maneira significativa para uma integração regional sul-americana cada vez maior. 

Referências

Escola de Engenharia Gen Brig FRANCISCO JACOB. Disponível em: <www.umbv.edu.ve/ing/>. Acesso em 05/06/2016.

Universidade Militar Bolivariana da Venezuela. Disponível em: <www.umbv.edu.ve/>. Acesso em 04/06/2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

O novo Regulamento Disciplinar do Exército

Suas adequações à Constituição Federal de 1988, o processo de apuração disciplinar, o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar e principais falhas das autoridades julgadoras

*Eduardo Vieira de Lima**

Introdução

O presente trabalho enfoca a questão do Direito Constitucional Militar e do Direito Disciplinar Militar, dando destaque às adequações do Novo Regulamento Disciplinar do Exército, em vigor a partir de 2002, à Constituição da República de 1988 (CRFB) e às principais falhas das autoridades julgadoras das transgressões disciplinares.

As autoridades militares tiveram de se adaptar ao novo ordenamento jurídico imposto pela nova Carta Magna, que deixou uma série de dúvidas quanto a diversos procedimentos que outrora eram considerados corriqueiros. Por isso, durante a década de noventa e o início do século XXI, o Comando do Exército emitiu várias orientações aos seus subordinados, de forma a sanar possíveis entendimentos equivocados e não haver prejuízos aos militares.

No transcurso do julgamento das transgressões, a autoridade competente para julgar o cometimento ou não da alteração depara com diversas situações às quais o trans-

gressor tem direito, conforme o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). É consenso, no Brasil, que ninguém deve ter sua liberdade de locomoção tolhida sem antes ter passado por um julgamento justo e acompanhado de um processo que permita o total direito ao contraditório e à ampla defesa.

O tema é de grande importância para os quartéis, mais precisamente para as autoridades julgadoras dos Formulários de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) e para os comandantes de organização militar. Uma falha gera transtornos administrativos, como anulações e cancelamentos de punições por não cumprimento da legislação vigente, e, muitas vezes, processos judiciais. Essas suspensões normalmente ocorrem por procedimentos inadequados pelos responsáveis pelos processos, como, por exemplo, a punição de militar por alteração diversa da constante no Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar e o não cumprimento de prazos.

Outro equívoco bastante perceptível é a insegurança demonstrada no momento em que o possível transgressor recorre ao apoio

* Maj Art (AMAN/00, EsAO/08), pós-graduado em Direito Militar (UGF/14). Atualmente, é instrutor da EsAO.

de advogado. Os procedimentos são idênticos, modificando apenas que o julgador deve estabelecer contato com o operador do direito; mas ele não o faz, o que, em muitos casos, provoca uma decisão injusta, por não querer se indispor com o profissional do direito.

Transgressão disciplinar

O Exército Brasileiro é uma instituição secular, organizada nas bases de seus pilares da hierarquia e da disciplina, conforme o artigo 142 da CRFB:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

A Carta Magna brasileira faz alusão à transgressão disciplinar no seu Título II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, Capítulo I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, artigo 5º, inciso LXI:

Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Pode-se citar também o parágrafo 2º do artigo 142 da CF/88: “Não caberá *habeas-corpus* em relação a punições disciplinares militares”. Este é tema de debates profundos e de pensamentos divergentes no seio de es-

pecialistas em direito militar.

Os militares do Exército estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), criado por meio do Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002.

Por diversas razões, o militar pode ser que erre, cometa um equívoco ou tenha uma atitude ou prática errada, que seria denominada de transgressão disciplinar. Esta é definida pelo RDE no seu artigo 14:

Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pário ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

Caberá à autoridade competente apurar o ocorrido por meio do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD), que é uma ferramenta que tem por objetivo ajudar na análise da conduta praticada pelo militar, acusado, em princípio, de uma transgressão disciplinar estabelecida no Anexo I do RDE.

Como consequência, o infrator está sujeito a uma possível sanção disciplinar, que pode variar de uma simples advertência ao licenciamento ou exclusão a bem da disciplina.

O novo Regulamento Disciplinar do Exército

O novo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) foi criado através do Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002, assinado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, usando da atribuição

a ele conferida pelo artigo 84, inciso IV da Constituição da República, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 6.880, de nove de dezembro de 1980.

Esse regulamento revogou o datado de 1984, anterior à CRFB, antiquado à nova ordem constitucional e que necessitava de uma atualização.

O novo instituto disciplinar nasceu ei- vado de discussões sobre sua constitucionali- dade, pois algumas instituições alegam que o RDE, da forma como foi promulgado, seria inconstitucional.

A discussão foi levada ao Supremo Tri- bunal Federal pelo procurador-geral da Re- pública, por meio da Ação Direta de Incons- titucionalidade nº 3.340. Em 3 de novembro de 2005, foi considerado constitucional o novo RDE.

Hoje em dia, alguns doutrinadores mantêm o pensamento contrário ao STF, tais como Paulo Tadeu Rodrigues Rosa, que entende que a origem do regulamento disci- plinar deva ser por meio de lei provinda do Poder Legislativo.

O Exército Brasileiro necessitava se adequar à Carta Magna no que tange ao seu processo disciplinar. Assim, elaborou o novo regulamento, com as adaptações necessárias, sendo a mais importante a criação do Formu- lário de Apuração de Transgressão Discipli- nar (FATD), que garante ao possível trans- gressor o direito de apresentar sua defesa por escrito e outras formas de defesa, como o direito de ser ouvido, arrolar testemunhas e a plenitude do contraditório e da ampla defesa.

O Novo RDE trouxe outras inovações para a apuração de transgressões discipli- nares, além da exigência da defesa escrita

através de preenchimento do FATD. Agora, somente o Cmt do Exército ou comandante, chefe ou diretor de organização militar pode aplicar a punição de “prisão disciplinar”, além do direito de ser ouvido pela autoridade competente, de produzir provas, de recorrer, de a punição iniciar apenas após a publicação no boletim interno e com as datas de início e término especificadas, entre algumas outras.

A necessidade do Regulamento Disciplinar

No Brasil, a liberdade é a regra, e o cerceamento dela, uma exceção, que, no caso do Exército, somente pode ser apli- cada pelas autoridades elencadas no artigo 10 e seus incisos e alíneas do RDE.

A punição disciplinar não deve ser um instrumento de coação, mas uma me- dida visando garantir a disciplina e a hie- rarquia nas diversas organizações militares e até mesmo fora dos aquartelamentos.

O senso de impunidade, que toma conta do país, não pode vigorar, e a punição visa evitar essa ocorrência.

A punição é um instrumento de con- trole da disciplina e da hierarquia militar, assim como uma possibilidade para que o punido reflita e tenha aprimoramento pro- fissional e pessoal. Ela visa repreendê-lo e reeducá-lo para que não se repitam os mes- mos equívocos.

O respeito às normas disciplinares e às leis em geral é uma premissa a ser obser- vada por todos os integrantes do Exército. A aplicação da sanção disciplinar objetiva repreender e reeducar o transgressor e, as- sim, não comprometer suas funções.

O processo de apuração disciplinar atual

A parte dá início a todo o procedimento. Ela deve ser clara, precisa e concisa; qualificar os envolvidos e as testemunhas; discriminar bens e valores; precisar local, data e hora da ocorrência e caracterizar as circunstâncias que envolveram o fato, sem tecer comentários ou emitir opiniões (Art 12, § 1º do RDE).

A autoridade a quem a parte é dirigida toma conhecimento e tem até oito dias úteis para dar a solução, conforme o Art 12, § 5º do RDE. Se ela for uma das elencadas no Art 10 do RDE, deverá determinar a confecção de um FATD para o possível transgressor.

Ao receber o formulário, o transgressor tem até três dias úteis para apresentar, por escrito, suas alegações de defesa, produzir provas e anexar documentos para a defesa, conforme os anexos IV e V do RDE.

Recebido o formulário preenchido, a autoridade competente para julgamento e aplicação da punição ouvirá pessoalmente o transgressor, ouvirá testemunhas e juntará provas favoráveis ou desfavoráveis à defesa. Ao esgotar todo o contraditório e a ampla defesa, iniciará o julgamento da transgressão, decidindo se é caso para punição ou não. No caso de o julgador decidir pela punição, deve contra-argumentar todos os pontos levantados pelo transgressor, fundamentando sua posição nas normas vigentes de forma clara e precisa. Após isso, deve enquadrar a transgressão à luz do Anexo 1 do RDE, classificar a transgressão, verificar as circunstâncias agravantes e atenuantes e definir o tipo de punição e seu tempo.

Preenchido o formulário, dá-se ciência ao transgressor com base no Art 35, § 2º, VIII do RDE.

Assim, confecciona-se a nota de punição, baseada no modelo do Anexo II do RDE, que segue para publicação em boletim interno. Com a distribuição deste, a punição inicia.

Esse processo descrito acima é para a sequência de militares da mesma organização militar, subordinação correta entre os envolvidos, competência para julgamento e aplicação da punição e boletim interno na OM; logo, sem as exceções que podem ocorrer no trâmite do processo.

Classificação da transgressão

As autoridades julgadoras devem verificar o nível de gravidade da transgressão e, assim, decidir pelo tipo de punição a ser aplicada, obedecendo aos limites de sua aplicação.

Um exemplo claro de erro no processo é a aplicação de prisão disciplinar pela autoridade julgadora ao transgressor, diante de transgressão classificada como média. Esse é um erro concreto e de muita ocorrência nas organizações militares.

A classificação da punição também deve ser precedida pela verificação da ocorrência de circunstâncias agravantes e atenuantes, conforme os artigos 20 e 19, respectivamente, do RDE, caso não haja causa de justificação para o cometimento da transgressão, com base no artigo 18 do RDE.

As circunstâncias atenuantes e agravantes serão inclusas na nota de punição a ser publicada em boletim interno e na de-

cisão da autoridade julgadora, no verso do formulário que registrou sua decisão.

Ressalte-se que, se for reconhecida uma causa de justificação, não haverá punição, com fundamento no parágrafo único do Artigo 18 do RDE.

Aplicação da punição disciplinar

O artigo 34 do RDE descreve as fases da aplicação da punição disciplinar, que são a elaboração da nota de punição (Modelo do Anexo II do RDE), sua publicação em boletim interno (exceto para advertência) e o registro na ficha disciplinar do militar.

Os oitos parágrafos do artigo 34 tecem as obrigações necessárias para a correta aplicação da punição.

A nota de punição deve conter a descrição sumária, clara e precisa dos fatos, não permitindo dúvidas acerca da alteração cometida, incluindo o número da mesma, que se enquadra no Anexo I do RDE. Deve correlacionar as circunstâncias configuradoras da transgressão com o prescrito no RDE e fazer referência à legislação que forá contrariada ou que tenha sido alvo de omissão, se distintas ao RDE.

As atenuantes e as agravantes são inclusas na nota de punição como forma de justificar o tipo de punição e o número de dias, maior ou menor, pelo confronto quantitativo daquelas.

O próximo item é a classificação da transgressão, que terá como consequência a punição disciplinar referente a ela. Em seguida, determinam-se o local para cumprimento, a classificação do comportamento militar (se praça) e as datas de início e término do cumprimento da punição.

Cuidados devem ser tomados quando se descreve a transgressão, não podendo constar comentários deprimentes ou ofensivos, pensamentos inadequados ou opiniões pessoais.

Elaborada a nota de punição com todos os seus elementos, ela deve ser publicada em boletim interno, de maneira a formalizar a aplicação da punição disciplinar e iniciar os prazos de cumprimento.

O boletim interno é o da organização militar (OM) a que pertencem a autoridade julgadora e o punido. Caso a OM não possua boletim interno, aquela deve solicitar, por escrito, a publicação em boletim no escalão imediatamente superior.

As principais falhas das autoridades julgadoras de uma transgressão disciplinar

O processo de apuração disciplinar tem uma sequência, que deve ser cumprida. Ele inicia na verificação da possível transgressão até a formalização da punição com a publicação em boletim interno.

Uma falha grave, que fere até mesmo a CRFB, é a entrega do formulário de apuração de transgressão disciplinar a militar, já dizendo a este que será punido. Essa atitude fere o princípio da presunção de inocência, pois o preenchimento da defesa pelo possível transgressor passa a ser mera formalidade, já que a autoridade julgadora possui juízo de valor da situação e deverá ser muito difícil modificá-lo.

Outro erro é a perda de prazo pela autoridade para cumprir as formalidades necessárias ao processo. Ela não toma sua decisão

dentro do prazo de oito dias úteis, conforme o previsto no parágrafo 6º do artigo 12 do RDE.

Em relação a isso, pode-se citar também a não concessão dos três dias úteis para o transgressor escriturar sua defesa. Entrega-se ao transgressor apenas para que ele assine — sem lhe explicar do prazo correto de entrega e que o formulário serve para ele apresentar sua defesa —, punindo-o depois à revelia.

Outro equívoco é não ouvir o militar pessoalmente, como prescreve a alínea II do parágrafo 2º do artigo 35 do RDE. A autoridade tem o dever de chamar o transgressor e ouvi-lo, perguntar-lhe se tem algo mais a declarar, se quer apresentar mais provas ou testemunhas. Esse é um procedimento que deve ser juntado ao formulário, através de declaração ou assinado no próprio formulário, como forma de comprovar o cumprimento dessa formalidade.

A autoridade deve rebater os argumentos elencados pelo transgressor na sua defesa, não deixando nenhum sem a contra argumentação. É inadmissível o julgador simplesmente colocar que decide punir o transgressor sem rebater a defesa deste.

Outra situação que não pode acontecer é o militar ser punido sem tomar ciência da existência do formulário de apuração de transgressão disciplinar, pois, dessa forma, também não existe a concessão do contraditório e da ampla defesa.

O cumprimento de punição disciplinar inicia com a distribuição do boletim interno da OM; logo, é um erro colocar na nota de punição o início do cumprimento com data anterior ou mesmo posterior. O artigo 47 do RDE deixa bem clara essa situação.

No formulário, vem especificada a possível transgressão, e o militar se defende desta; assim, fica restrito a determinado teor. Assim, o julgamento deve-se ater apenas ao constante no relato do fato. A decisão da autoridade se refere ao que está escrito desde o início do processo. Caso seja relatada pelo transgressor uma situação que a autoridade enquadre como outra transgressão, não deve decidir pela punição por este relato e sim providenciar a entrega de outro formulário de apuração a aquele.

A punição tem limite de dias, e a autoridade tem de se ater a essa formalidade, não decidindo por punições além dos limites de 30 dias, para detenção e prisão disciplinares, e de dez dias, para impedimento disciplinar, conforme o parágrafo único do artigo 24 do RDE.

Na nota de punição, vai constar a classificação da transgressão, baseada na gravidade desta. De acordo com a classificação em leve, média ou grave, a autoridade não pode classificar a transgressão e punir de forma distinta ao previsto nas alíneas do inciso I do artigo 37 do RDE.

Um erro grave ocorre também devido à mudança no novo RDE, na qual somente o comandante de OM pode aplicar a punição de prisão disciplinar (artigo 38 do RDE). Anteriormente, o militar era preso disciplinarmente pelo comandante da OM apenas na primeira vez em que era assim decidido. Se o militar incorresse novamente em transgressão e a decisão fosse a aplicação de prisão disciplinar, não era necessário que esta fosse aplicada pelo comandante de OM, mas outra autoridade competente elencada no Anexo III poderia decidir pela prisão, confeccionar

a nota de punição e encaminhar para publicação em boletim interno. Logo, é errado uma autoridade diversa do comandante da OM sancionar um subordinado com prisão disciplinar.

Outra falha é não levar em consideração as circunstâncias atenuantes (artigo 19 do RDE) e agravantes (artigo 20 do RDE) na graduação e julgamento da transgressão. A punição não pode atingir seu limite máximo se ocorrerem apenas aquelas (inciso II do artigo 37 do RDE). Já se existirem ambas, a punição tem que ser aplicada conforme a que preponderar (inciso III do artigo 37 do RDE).

Orientações no julgamento de uma transgressão disciplinar

Na seção anterior, foram elencadas várias falhas que acontecem durante o processo de apuração de transgressão disciplinar. Elas acarretam, muitas das vezes, nulidade do processo pela via administrativa ou pela via judicial. Isso acarreta transtornos administrativos, pois obriga a Administração Pública a rever todo o processo já finalizado.

Do exposto acima, sugere-se tomar alguns procedimentos e cuidados durante todo o processo disciplinar.

Os comandantes, em todos os níveis, orientem seus subordinados sobre o respeito às normas militares, a toda a legislação. As instruções de Justiça e Disciplina e de Hierarquia e Disciplina devem ser exaustivamente debatidas. O respeito ao próximo e à hierarquia e à disciplina deve ser algo natural do militar, assim como à educação, nos mínimos detalhes.

A autoridade julgadora do processo disciplinar deve estar livre de conceitos ante-

riores à possível transgressão, de forma que não esteja inapta a julgar o FATD antes de o transgressor apresentar a defesa. Ela não pode entregar o formulário e estar decidida a punir a qualquer custo. A autoridade deve estar apta a aceitar uma justificativa sobre o motivo pelo qual o militar foi levado a tomar determinada atitude.

Atenção deve ser dada aos prazos do processo, pois é normalmente o não cumprimento destes que acarreta sua nulidade. O tempo para devolução do formulário é de até três dias úteis para o militar apresentar sua defesa; logo, não pode ser pressionado a entregar antes do limite ou a faze-lo em situações desfavoráveis e/ou desconfortáveis (um exemplo é o militar responder estando internado em hospital). O prazo para a solução da parte escrita recebida — e origem do formulário — é de oito dias úteis; assim sendo, a autoridade não pode punir o militar depois em prazo superior a esse, exceto quando pede, em tempo hábil, dilação do mesmo em 30 dias úteis, com a publicação em boletim interno e a fundamentação do motivo da necessidade da prorrogação.

O contraditório e a ampla defesa devem ser permitidos na sua totalidade, não podendo haver nem a mínima restrição desses direitos constitucionais. Deve-se conceder ao transgressor a possibilidade de produzir provas, de obter documentos que ele ache necessários à defesa, de ter conhecimento do que lhe é imputado, de ser ouvido pessoalmente, de arrolar testemunhas para defesa e de utilizar os recursos cabíveis.

O julgador deve rebater todos os argumentos apresentados pelo transgressor, mesmo que sucintamente e em poucas palavras,

deixando claro que a defesa apresentada não é suficiente para justificar a transgressão.

Outra situação que não pode acontecer é uma autoridade ouvir o transgressor, e outra ser aquela a julgar se ocorreu ou não a transgressão. Assim sendo, quem ouve, deve obrigatoriamente ser quem vai julgar e decidir se houve ou não transgressão e se haverá a punição.

Sugere-se também atentar para a classificação da transgressão e, consequentemente, o limite da punição a ser imputada. Dessa forma, uma transgressão leve não pode resultar em uma detenção, mesmo de um dia, ou uma transgressão média, em uma prisão disciplinar.

Outra orientação é atentar para o que está no relato do fato no FATD. O motivo da punição não pode ser diverso desse relato.

Para finalizar as orientações, serão listadas outras situações a serem seguidas pelas autoridades julgadoras:

- ter um livro controle de preenchimento, distribuição e devolução dos formulários;
- ouvir o transgressor na presença de testemunhas; e
- tudo deve ser por escrito, com o ciente dos envolvidos.

Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD)

A identificação do participante, constante no FATD (Anexo V do RDE), é referente à autoridade administrativa militar que apresenta o formulário ao suposto transgressor e não àquela que originariamente participou o fato tido como atentatório à disciplina militar.

A decisão de aplicar a punição disciplinar lançada no FATD é da autoridade militar competente para punir (artigo 10 do RDE) e que efetivamente julgou as justificativas de defesa do militar. Na hipótese de a autoridade julgadora entender que a sanção adequada está além de sua competência (Anexo III do RDE), deve lançar tal entendimento no formulário e encaminhar à autoridade cabível para punir, que ouvirá o suposto transgressor, analisará os fatos e as razões de defesa, lançando sua decisão e assinando o documento (parágrafo 1º do artigo 35 e parágrafo 4º do artigo 40, ambos do RDE).

Não existe a obrigatoriedade de a autoridade que entregou o FATD ser a mesma a ouvir o militar, analisar suas razões de defesa, decidir ou não pela aplicação da sanção disciplinar e assinar o documento. Na segunda parte, é que deve ser a mesma autoridade para todos os procedimentos.

A decisão pela punição disciplinar pode ser lançada de próprio punho, impressa no FATD ou anexada ao processo. Ela deve estar fundamentada e conter, obrigatoriamente, a análise dos argumentos apresentados pelo suposto transgressor na sua defesa.

Aplicação da sanção disciplinar

A descrição do fato, no FATD e na nota de punição, deve ser feita de forma clara, precisa e concisa, não colocando fórmulas genéricas; deve-se especificar o fato na plenitude, para assim cumprir o inciso I do parágrafo 1º e o inciso I do parágrafo 2º, ambos do artigo 34 do RDE.

A nota de punição deve seguir o modelo apresentado no Anexo II do RDE, acres-

centando-se as datas de início e de término do cumprimento da punição. Ressalta-se que o início do cumprimento é com a distribuição do boletim interno da OM a que pertence o transgressor; já o término é a rendição da parada diária. Ressalvam-se as exceções contidas nos artigos 12, 34, 35, 47 e 50 do RDE.

Conforme o nº 6 da alínea c) do Anexo IV do RDE, após o texto da punição, constará; entre parênteses; o número do processo e a data para publicação em boletim interno.

Devem-se registrar as punições disciplinares na Ficha Disciplinar Individual do militar, inclusive as de advertência e de impedimento disciplinar, para possibilitar a caracterização da reincidência e orientar na graduação da aplicação de eventuais sanções por fatos de mesma natureza (parágrafo 2º do artigo 25 e parágrafo único do artigo 26, ambos do RDE).

Por fim, o fato submetido à apreciação da Justiça Militar somente poderá ser objeto de análise na esfera administrativa, para efeito de verificação da existência de possível transgressão disciplinar, quando houver ocorrido o arquivamento do inquérito, a desclassificação para transgressão ou a absolvição pelo crime. Mas, se ficar caracterizada, na decisão definitiva da Justiça (irrecorrível), a inexistência do fato ou a negativa de autoria, a questão deixará de ser apreciada para fins disciplinares (parágrafo 3º do artigo 14 do RDE).

Prisão para pronta intervenção

O Regulamento Disciplinar do Exército prevê a prisão para pronta intervenção como forma de preservação da disciplina e do

decoro da Instituição. A previsão consta nos parágrafos 2º e 3º do artigo 12 e parágrafo 3º do artigo 35, ambos do RDE.

Esse instituto visa ajudar a resguardar os pilares constitucionais do Exército, hierarquia e disciplina, de forma que possíveis desvios de conduta sejam amenizados e extirpados do seio da Instituição.

A pronta intervenção é uma medida contra atitudes extremamente graves, as que não podem existir e destroem a coesão, a harmonia e a disciplina.

Deve-se atentar para alguns cuidados a serem observados para não se perder a essência da pronta intervenção. Serão elencados a seguir:

- não recorrer à prisão para pronta intervenção por qualquer motivo, assim se evita a banalização da mesma;
- deve-se publicar em boletim interno o recolhimento à prisão para pronta intervenção, como forma de manutenção da disciplina ou decoro da Instituição ou da classe, com dia e horário e, preferencialmente, com exame de corpo de delito realizado antes da entrada no xadrez; mas, se não for possível, lavrar termo de verificação da higidez da pessoa;
- a data e o horário da soltura devem ser publicados somente após a colocação em liberdade do militar, nunca com a previsão de soltura no início da prisão, pois a necessidade da prisão pode cessar antes do limite das 72 horas;
- a publicação deve acontecer no boletim interno do primeiro dia útil após o ocorrido;

- o prazo limite da prisão para pronta intervenção é de 72 horas, mas isso não significa que o militar tenha de permanecer todo o período citado, pois, se a necessidade de manutenção desta prisão cumprir seus objetivos em menos tempo, o preso tem de ser solto;
- a prisão para pronta intervenção difere da prisão disciplinar no início, pois inicia com o recolhimento ao xadrez imediatamente após o episódio que requer intervenção; já seu término é quando se cumpre a sua necessidade, e a disciplina volta à sua normalidade ou no seu limite já supracitado;
- esse tipo de prisão não é computado para fins de comportamento militar nem entra na ficha disciplinar do militar;
- o militar deve responder pela sua indisciplina por meio de FATD, e, por lógica, a transgressão tem de ser classificada como grave e gerar, no mínimo, uma prisão, descontando o tempo de permanência na pronta intervenção; e
- devem-se evitar os casos de utilizar a pronta intervenção quando for aceitável punir o militar após todo o processo de apuração disciplinar, logo entregar o FATD, e a punição acontecer após a publicação em boletim interno.

A atitude do militar tem de ser grave; não se pode considerar, no primeiro momento, “gravíssima” e, posteriormente na apura-

ção, a autoridade classificar como média, por exemplo.

A autoridade deve estar certa e precisa da necessidade de utilizar o artifício da pronta intervenção, pois não se pode banalizar essa atitude. Prender por qualquer motivo, sem o processo legal, o contraditório e a ampla defesa, não pode existir nos dias atuais.

O advogado no processo disciplinar

A apuração de uma transgressão disciplinar é um processo e pode contar com a presença de um advogado na defesa. Isso não deve ser visto como uma forma de afronta do possível transgressor para com a autoridade julgadora.

Esse é um paradigma que deve ser quebrado. Nos dias de hoje, mais necessário e normal é a utilização do advogado. Este é um profissional como outro qualquer, que presta seu serviço normalmente e quer o bem daquele que o contratou.

O acesso às informações e aos documentos para a defesa, a permissão para convocar testemunhas, a presença na oitiva de testemunha ou qualquer outra atividade no processo não lhe podem ser negados.

A presença do advogado demonstra maior transparência no processo, no cumprimento de prazos e nas demais formalidades.

A autoridade não precisa temê-lo, mas sim respeitá-lo e cumprir as formalidades legais.

Conclusão

Do acima exposto, percebe-se a importância do novo Regulamento Disciplinar do

Exército, com suas adequações à CRFB, possíveis melhorias e principais falhas das autoridades julgadoras.

Buscou-se também mostrar detalhes do regulamento disciplinar para facilitar seu cumprimento em estrito respeito às normas legais brasileiras, em especial, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Um processo disciplinar bem montado, com suas formalidades respeitadas do início ao fim, diminui as possibilidades de ingerências da Justiça e consequentemente a prestação de informações a ela por esses motivos.

Ressalte-se que este trabalho não objetivou falar de outros assuntos ou matérias de caráter disciplinar, como os recursos disciplinares, as formas de cancelamento e de anulação e as recompensas. Limitou-se ao processo de apuração até o cumprimento da punição.

Descreveu-se todo o processo de apuração de transgressão disciplinar, realizado através do respectivo formulário e finalizado com a decisão da autoridade e a nota de punição publicada em boletim interno.

As autoridades julgadoras mereceram destaque, pois elas são o principal público-alvo, já que lidar com o ser humano é extremamente difícil; por diversas vezes, não se

compreende a posição do superior em ter de tomar atitudes chatas e desconfortáveis.

Uma quebra de pensamentos antigos também deve acontecer, de forma a possibilitar a evolução do sistema de apuração disciplinar, permitindo a inclusão total dos princípios constitucionais do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa.

Enfatiza-se que a sanção disciplinar não pode ser o único meio de educar o militar. As autoridades, em todos os níveis, devem buscar a conversa, expandir o conhecimento, verificar as dificuldades passadas por seus subordinados, conhecendo-os, evitando assim não perceber mudanças que seriam prejudiciais à Instituição.

Ressalte-se que a punição disciplinar visa educar o militar para que ele não cometa os mesmos erros, e todos possam aprender com eles, melhorando o trabalho diário, o respeito entre militares, o convívio coletivo e tudo aquilo que sirva para melhorar a vida na caserna.

Que este trabalho sirva de subsídio para que outras pessoas possam extrair ensinamentos sobre a apuração de uma transgressão disciplinar, com suas formalidades, do início do processo até o seu cumprimento. **[REB]**

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil (internet).

CRUZ, Ione Souza e MIGUEL, Cláudio Amin. Elementos de Direito Penal Militar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____ Elementos de Direito Processual Penal Militar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Direito Constitucional Militar e Direito Disciplinar Militar. Angelo Bello Butrus e João Rodrigues Arruda. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2013.

DIREITO PENAL MILITAR. Mario André da Silva Porto. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2009.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR, ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR E DO MINISTÉRIO PÚBLICO E MILITAR. Carlos Henrique Silva Reiniger Ferreira. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2007.

METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA. Maria Paulina Gomes. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2009.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas, 2003.

Regulamento Disciplinar do Exército. 1. Ed. EGGCF: 2002.

RODRIGUES ROSA, Paulo Tadeu. Processo Administrativo Disciplinar Militar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____ Direito Administrativo Militar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

JUNIOR, Raimundo Salgado Freire. Origem e evoluções históricas dos regulamentos disciplinares militares no Brasil e a necessidade inadiável de as polícias militares apresentarem regulamento disciplinar próprio. São Luis: 2011. Disponível em: <www2.forumsegurança.org.br/content/origem-e-evolução-históricas-dos-regulamentos-disciplinares-militares-no-Brasil-e-necessidade-inadiável-das-polícias-militares-apresentarem-regulamento-disciplinar-próprio>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014, às 11 horas e 33 minutos.

Da Silva, Julio Cesar Lopes. Surgimento do regulamento disciplinar militar no Brasil. Disponível em:<www.jurisway.org.br/ve/dhall.asp?id_dh=5732>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014, às 12 horas e 5 minutos.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Deslocados Civis

Como o 8º B Log solucionou um problema militar

*Fabiano Corrêa Lourenço de Lima**

Dois aspectos estão cada vez mais presentes no campo de batalha, nos dias atuais: o combate em ambientes urbanos com a presença de civis e a existência de deslocados necessitando trânsito livre por corredores humanitários estabelecidos pelas forças em presença.

No caso dos deslocados, talvez, o mais antigo registro seja o êxodo dos hebreus fugindo do antigo Egito para a Terra Prometida, conforme registrado no Antigo Testamento, passando pelo traslado da Família Real e das Cortes Portuguesas para o Brasil, durante a invasão das tropas napoleônicas à Península Ibérica. Os exemplos mais recentes, como no caso da cidade síria de Alepo, têm chamado a atenção da comunidade internacional, colocando em evidência a necessidade de se estabelecer parâmetros para solucionar o que passou a ser um problema militar.

No caso da Síria, foi estabelecido um Campo para Refugiados, com apoio de organizações não governamentais, com capacidade para cerca de 5.000 famílias. Considerando cada família, em média, contando com cerca de quatro integrantes, chega-se à cifra de quase 20.000 pessoas, necessitando de abrigo, vestuário,

atendimento médico, alimentação e instalações sanitárias; um efetivo semelhante ao de uma divisão de exército. Tal dado, ainda que impreciso, serve para aquilar a complexidade existente no apoio logístico e na lida com o tema.

A Operação Cadeado, da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, conduzida no período de 24 a 28 de outubro de 2016, representou oportunidade ímpar para lidar com situação bastante semelhante. O exercício — previsto no contrato de objetivos, no qual a Brigada empregou suas unidades subordinadas para a realização de um ataque a Localidade a fim de adestrar todas as funções de combate — contemplou também o estabelecimento de um Corredor Humanitário para a saída de civis e a instalação e operação de uma Região de Destino Seguro para os Deslocados.

A 8ª Bda Inf Mtz recebeu a missão, em um quadro tático de defesa da Pátria, de atacar para conquistar a localidade de Santo Amaro do Sul-RS, invadida pelo inimigo, na faixa de fronteira de um país fictício. Para tanto, empregou o 8º Esqd C Mec para isolar a localidade, os 18º e 19º BIMtz para o investimento e o 9º BIMtz

* Cel (AMAN/91, EsAO/99, ECEME/13). É o atual comandante do 8º Batalhão Logístico.



Figura 1 – Região de Destino Seguro para Deslocados

Fonte: o autor

como reserva, cabendo também, a este Batalhão, a missão de estabelecer e operar um Corredor Humanitário, precedendo as ações de investimento. A 8^a Cia Com estabeleceu e manteve os meios de coordenação e controle, durante toda a operação. O 8º B Log prestou apoio em suprimento, manutenção e saúde, desdobrado uma base logística de brigada (BLB), por meio de módulos de suas companhias logísticas.

Nesse cenário, houve a necessidade de retirar parte considerável da população de cerca de 1.200 habitantes da localidade, um número bastante pequeno, se comparado à população deslocada de Alepo. Surgiu, portanto, o problema militar ainda inédito em adestramentos realizados pela Brigada: para onde conduzir os Deslocados? por onde deslocar os civis que deixam suas casas? onde estabelecer a Região de Destino Seguro? a quem caberia a missão de instalar e operar a Região de Destino Seguro para os Deslocados?

Segundo Clausewitz, a Logística é tudo na guerra, exceto o combate. Portanto, caberia à unidade logística orgânica da 8^a Bda Inf Mtz propor uma solução para cumprir a missão de acolher, abrigar,

alimentar e dar suporte de saúde aos Deslocados da localidade de Santo Amaro do Sul.

Para solucionar o problema, foram empregados os conceitos de modularidade e flexibilidade, já existentes no C 2-36 – *Esquadrão de Cavalaria Mecanizado*, pelo se qual permite a composição de frações provisórias, empregando, por exemplo: grupos de combate, seções de viaturas blindadas de reconhecimento, peças de apoio, grupos de exploradores para compor pelotões provisórios de fuzileiros, de carros de combate, de morteiro e de exploradores, respectivamente. Tal conceito serviu para permitir uma solução inédita: a formação de uma Companhia Logística Provisória de Assuntos Civis, tendo por base a Companhia Logística de Suprimento e a Companhia Logística de Saúde, ainda ativa no 8º B Log, acrescida de elementos especializados, para desdobrar e operar a Região de Destino Seguro para Deslocados (ou Campo de Refugiados).

Também serviram de suporte doutrinário o MD33-M-08 – *Manual de Evacuação de Não Combatentes* e o MD34-M-03 – *Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas*, ambos do Ministério da Defesa, além

das fontes que tratam da Logística Militar Terrestre.

Assim, foi escolhido um local distante o suficiente das instalações logísticas da Brigada para não colocar em risco a missão tática daquela grande unidade (atacar para conquistar a localidade de Santo Amaro do Sul) e próximo o bastante para prestar a segurança e o apoio necessários aos Civis Deslocados.

Por se tratar de Deslocados dentro do próprio território nacional, foi escolhido um espaço amplo o suficiente para acomodar o efetivo, em outra localidade — General Câmara. Nesse lugar, a Companhia Logística Provisória de Assuntos Civis desdobrou instalações de um posto de triagem, um posto de saúde, alojamentos masculinos, alojamentos femininos, alojamentos familiares, alojamentos para enfermos bem como locais para reclusão temporária de criminosos comuns e pessoas identificadas como desertores ou combatentes

irregulares, passando a ser tratados como prisioneiros de guerra, ou entregues à autoridade policial.

No posto de triagem, operadores de suprimento, com o apoio do pessoal de inteligência e do 8º Pelotão de Polícia do Exército, por meio de entrevistas com os Deslocados, foram identificados e cadastrados civis, idosos, crianças, mulheres gestantes, pessoas com necessidades especiais, feridos leves e graves, possíveis desertores das forças inimigas, combatentes irregulares e mesmo criminosos comuns. Ainda no posto de triagem, verificaram-se bagagens e diversos materiais conduzidos pelos Deslocados, de modo que não transportassem objetos de pudesse colocar em risco a integridade física dos operadores logísticos e, tampouco, a dos demais Deslocados. Para cada situação de pessoal, foram atribuídos cartões de identificação para facilitar a identificação assim como trato individualizado.



Figura 2 – Entrevista com os deslocados no posto de triagem

Fonte: o autor



Figura 3 – Moradoras de Santo Amaro do Sul, após passarem pelo posto de triagem

Fonte: o autor



Figura 4 – Moradores de Santo Amaro do Sul, aguardando para entrevista

Fonte: o autor

Os alojamentos serviram para dar abrigo para o pernoite dos Deslocados, sendo separados por gênero masculino, feminino e familiar, onde se buscou manter o mínimo de dignidade das pessoas, bem como a integridade das famílias, buscando, sempre que possível, reconstituir os núcleos familiares desfeitos por ocasião do deslocamento pelo Corredor Humanitário.

Os alojamentos para enfermos serviram para acolher as pessoas feridas, enfermas, identificadas ou diagnosticadas como portadoras de alguma patologia infectocontagiosa. Para tanto, os operadores logísticos de saúde do 8º B Log, de forma limitada, foram empregados para fazer a triagem dos Deslocados. Tal tarefa só foi possível ser realizada com antecedência às ações de investimento sobre a localidade de Santo Amaro do Sul porque, durante a realização do ataque coordenado, o pessoal de saúde mobiliou o posto de atendimento avançado para o socorro do pessoal combatente da 8ª Bda Inf Mtz.

A doutrina responde a problemas militares já experimentados no campo de batalha. Portanto, resolve situações de guerras passadas, ficando uma dúvida: a doutrina vencerá os problemas da próxima guerra? Certamente, nem todas as situações se repetirão, particularmente no ambiente cada vez mais hostil e incerto que se apresenta nos conflitos presentes no século XXI. Mas, a Doutrina serve de ponto de apoio para a proposta de soluções inovadoras às mais diversas situações que se apresentarem.

Por se tratar de uma situação inédita, a solução apresentada mostrou-se possível. No entanto, por não existir uma solução doutrinária que atendesse ao problema militar enfrentado pelo 8º B Log, o exercício serviu para que a Unidade experimentasse, colocando no terreno os meios de que dispunha em favor do cumprimento da missão recebida pelo Comando da 8ª Bda Inf Mt, contribuindo para o êxito na missão.



Figura 5 – Esquema contendo Corredor Humanitário, Região de Destino Seguro para Deslocados
Fonte: o autor

Ainda, sobre um possível comprometimento do esforço logístico da 8^a Bda Inf Mtz para o cumprimento da missão, cabe sugerir que, caso os efetivos de Deslocados Civis, extrapolarem a capacidade da unidade logística,

orgânica da grande unidade, esta poderia receber em reforço outro batalhão logístico, exclusivamente para o trato com os Deslocados, de modo a preservar ao máximo os meios destinados ao apoio à missão tática. **[REB]**

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Biblioteca do Exército

Tradição e Cultura



Desde sua criação, em 1881, a Biblioteca do Exército (BIBLIE) tem sido importante vetor de difusão cultural. Seu acervo de consulta está à disposição do público civil e militar, com obras sobre História Militar, Relações Internacionais, Geopolítica, Estratégia e outros assuntos correlatos.

Em 1937, iniciou um programa editorial que firmou a tradição pela qualidade de suas publicações, as quais são distribuídas aos seus assinantes e também disponibilizadas para venda avulsa.

Seja um assinante da BIBLIE!
Receba livros e revistas a preços com desconto.

As publicações da BIBLIE são obras de natureza profissional-militar e de cultura geral.

Livros da Coleção General Benício e revistas são disponibilizados para civis e militares mediante assinatura, uma forma de aquisição que oferece ao cliente as seguintes vantagens:

- ✓ **comodidade de recebimento em seu endereço, por via postal;**
- ✓ **preço com expressivo desconto;**
- ✓ **pagamento facilitado para militares (em até 12 vezes);**
- ✓ **pagamento mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).**

Visite nossa homepage
www.bibliex.ensino.eb.br

assinantes@bibliex.ensino.eb.br / vendas@bibliex.ensino.eb.br

Tel.: (21) 2519-5715 e 2519-5716 / 2519-5732 e 2457-4747

Fax.: (21) 2519-5569

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 | Ouvidoria 0800 647 8877 | Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO



JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.





Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 0101-7184
REVISTA DO
Exército Brasileiro